

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.26, n.1-2, p.1-39 janeiro/fevereiro 2004



## SUMÁRIO

---

Avaliação do Risco-Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A economia paranaense em 2003: desempenho atualizado <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	8
As exportações paranaenses da indústria automotiva <i>Bruno Reinoso Hybner e Cleber Parnoff</i>	13
Governo Lula: do financismo ao espetáculo do crescimento <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
Pesquisa Mensal de Emprego na Região Metropolitana de Curitiba: avaliação dos resultados de 2003 <i>Ciro César Barbosa e Sachiko Araki Lira</i>	20
O IPC em Curitiba no ano de 2003 <i>Gino Schlesinger e Maria Luiza de Castro Veloso</i>	25
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Shelbert Braz</i>	27
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	30

# Avaliação do Risco-Paraná<sup>1</sup>

Gilmar Mendes Lourenço\*

Ao longo de 2003 e neste começo de 2004, o governo do Paraná desenvolveu algumas ações focadas na revisão dos incentivos fiscais, recebidos notadamente pelas montadoras de automóveis recentemente instaladas no território estadual, e na reversão do processo (ou tendência) de privatização da infraestrutura, sobretudo nos segmentos de energia, saneamento e transportes.

Sem entrar no mérito dos intrincados aspectos técnicos ou jurídicos dessas iniciativas, é preciso reconhecer seu encaixe em princípios doutrinários de resgate de uma maior e mais agressiva participação estatal na organização e indução da operação do sistema econômico e de efetivação de alterações nas formas e nos itinerários de relacionamento entre o setor público e os atores privados em áreas estratégicas.

De pronto, os especialistas dos meios econômicos, especialmente aqueles vinculados a bancos e corretoras atuantes no Brasil, passaram a destacar em suas análises de investimento o “risco político” ocasionado pelo rompimento de contratos do Estado com agentes privados concessionários de serviços públicos ou em regime de estímulos fiscais. O fator de risco estaria sendo evidenciado pelas projeções de queda de rentabilidade, e, conseqüentemente, depreciação do valor das ações, das companhias envolvidas e, no limite, pela expulsão (fuga) de investidores potenciais tanto do Estado quanto do País, em face de uma suposta perda de vantagens competitivas.

As agências de avaliação nacionais utilizaram como exemplo a Companhia Paranaense de Energia (Copel), chegando a cotá-la por R\$ 4,33 bilhões, contra os mais de R\$ 6,0 bilhões caso a valorização dos papéis da empresa tivesse acompanhado a média das companhias de energia na Bolsa de Valores de São Paulo em 2003 (107,3% *versus* 36,0% da Copel). Em contrapartida, a agência Fitch Atlantic, especializada na medição de riscos no mundo, comunicou ao mercado, em janeiro de 2004, a transformação do conceito da Copel de negativo para estável, o que reforça o poder de atração dos papéis da empresa.

Mas, as interpretações dos *experts* nacionais acerca do risco local valeram-se inclusive do estabelecimento de um paralelo entre a posição atual do governo do Paraná e os efeitos da postura adotada pelo governo petista gaúcho de Olívio Dutra, em 1999,

renegociando as regras financeiras acertadas entre as companhias General Motors (GM) e Ford e a gestão antecedente de Antônio Britto. Lembre-se de que a administração Brito disponibilizou vultosos haveres orçamentários para empréstimos com carência de dez anos às montadoras, acrescidos de benesses fiscais.

Propositadamente, esse quadro analítico e/ou comparativo excluiu alguns elementos relevantes a uma melhor compreensão do propalado “risco político”. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que o marco regulatório para o segmento de infraestrutura, ou mais precisamente a regulamentação da transferência da operação de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada, definida de maneira precária durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ainda tem muito que avançar para assegurar a confiança nos contratos de longo prazo, controlados pelas agências reguladoras.

Ao mesmo tempo, há a perspectiva de viabilização das Parcerias Público-Privadas (PPPs), propostas pelo governo federal para os projetos infra-estruturais, prioritariamente na área de transportes, prevendo contratos de até 30 anos. O marco institucional das PPPs foi fixado a partir do exame de experiências do Reino Unido e de Portugal, que propiciaram a construção de rodovias e linhas de metrô.

A peça central do modelo consiste na garantia das contrapartidas do poder público e da rentabilidade dos investimentos privados, na forma de obrigatoriedade de designação dos recursos oficiais, na peça orçamentária da União e nos Programas Plurianuais (PPAs), e na criação de um fundo fiduciário com lastro em ativos do governo, especificamente ações de empresas públicas em mãos do Tesouro Nacional.

Ressalte-se que alguns estados vêm esboçando iniciativas alternativas às PPPs do executivo federal. Por exemplo, em Mato Grosso foram constituídos cerca de 25 consórcios privados visando à construção de 21 estradas de ligação das áreas produtoras às BRs 163 e 364. Já foram celebrados contratos para o asfaltamento de mais de mil quilômetros de estradas nos próximos

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

três anos, perfazendo investimentos de R\$ 1,0 bilhão, sendo R\$ 350,0 milhões oriundos de aplicações de empresários locais e R\$ 650,0 milhões do Fundo de Transporte e Habitação (Fethab).

Em Minas Gerais, a Assembléia Legislativa aprovou lei, sancionada pelo governador no final de 2003, que fixa as regras para as parcerias no Estado. As PPPs daquela unidade federada serão garantidas por um fundo, lastreado em vendas de ações preferenciais da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no valor de R\$ 70,0 milhões, e por parte do lucro (superior a R\$ 150,0 milhões anuais) da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig), que explora minerais no Estado.

---

*A teoria da localização preconiza  
o cumprimento regional de um  
conjunto de requisitos contemplados  
pela iniciativa privada*

---

Ainda a respeito do risco, em segundo lugar, a teoria da localização preconiza que a escolha macrogeográfica dos empreendimentos depende do cumprimento regional de um conjunto de requisitos contemplados pela iniciativa privada, com destaque para posição geográfica estratégica, qualidade de mão-de-obra, infra-estrutura adequada e, sobretudo, ambiente institucional favorável à implantação e consolidação dos negócios, incluindo a perseguição do equilíbrio financeiro dos orçamentos públicos, o que favoreceria a provisão contínua e aprimorada das economias externas requeridas para a manutenção e maximização da eficiência dos investimentos.

Em terceiro lugar, convém lembrar que a troca do Rio Grande do Sul pela Bahia, por parte da Ford, pode ser imputada aos expressivos incentivos (fiscais e financeiros) federais e estaduais envolvidos na decisão de transferência. Já a subsequente e vertiginosa queda dos investimentos na direção do território gaúcho reproduziu um fenômeno nacional, fruto dos sucessivos equívocos cometidos na condução da política macroeconômica do País.

Tanto é assim que depois de amargar seis anos consecutivos de prejuízos no Brasil, a GM decidiu investir US\$ 240,00 milhões em aumento da capacidade produtiva da unidade de Gravataí (RS), a única da empresa que vem operando no limite técnico de plena carga. Segundo a companhia, a nova planta deve começar a funcionar no final de 2006, com capacidade de produção de 90 mil carros/ano, além dos 120 mil/ano do estabelecimento atual, ocupando 1,5 mil trabalhadores diretos e gerando outros 4,0 mil empregos indiretos. Ainda conforme a direção da empresa, o empreendimento teria sido disputado também por China e México, sendo a escolha determinada pelo “nível de confiança no futuro do Brasil e do Rio Grande do Sul”.

Em quarto lugar, emerge o pedagógico evento de “quebra de contrato” ocorrido na Argentina. Contrapondo-se aos princípios ortodoxos, aquele país atravessa uma etapa de recuperação econômica, mesmo tendo decretado moratória de sua dívida externa desde dezembro de 2001, cuja reestruturação encontra-se em permanente e complicada negociação.

Concretamente, o governo argentino desembolsaria US\$ 3,1 bilhões em março de 2004, como pagamento da parcela ao FMI, enquanto o Fundo faria a liberação fixada no acordo de setembro de 2003. O ministro da Economia Roberto Lavagna continua insistindo na proposta de desconto de 75,0% no montante total da dívida, que vem sendo rechaçada pelo FMI, banqueiros internacionais e grupo dos sete (G-7). As apostas indicam a obtenção de um meio termo que evite o rompimento e o anúncio do *default*, inclusive com os organismos multilaterais de crédito, como o FMI, que possui cerca de 16,0% de sua carteira de empréstimos alocada na Argentina.

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Censos de La Republica Argentina (Indec), depois de registrar queda acumulada de 18,4% entre 1999 e 2002, o PIB argentino cresceu 8,4% em 2003, alavancado pela indústria de transformação (12,6%) e construção civil (29,5%). Por seu turno, a taxa de desemprego caiu de 20,4% da População Economicamente Ativa (PEA), no primeiro trimestre, para 16,6% no terceiro trimestre de 2003, a inflação anual é inferior a 4,0% e os juros nominais estão em 4,2% ao ano.

Em sintonia com a recuperação econômica, a balança comercial da Argentina fechou 2003 com saldo positivo de US\$ 15,5 bilhões, 7,2% abaixo do verificado em 2002 (US\$ 16,7 bilhões), em razão primordialmente da elevação de 53,7% das importações, que passaram de US\$ 9,0 bilhões em 2002 para US\$ 13,8 bilhões em 2003. As exportações cresceram 14,2%, subindo de US\$ 25,7 bilhões em 2002 para US\$ 29,35 bilhões em 2003.

No fundo, ao mesmo tempo em que carrega componentes de restrição à permanência ou à entrada de investimentos diretos estrangeiros no País, acoplados à moratória da dívida, a reativação em curso na Argentina vem servindo de estímulo à deflagração de estratégias de recuperação do espaço perdido por grupos domésticos na matriz econômica do País nos anos 90.

Nesse sentido, percebe-se a mobilização de fundos de investimentos e de grupos locais para a incorporação de empresas dominadas por capital externo. É o caso da absorção de 14,0% das ações da filial Argentina da Telecom (francesa) pelo grupo Família Werthein e da aquisição da cadeia de alfajores Havanna (Exxel-EUA) pelo Fundo Desarrollo y Gestión.

Ressalvadas as diferenças institucionais, a experiência argentina poderia servir de referência para a tentativa de resolução do problema da inadimplência da multinacional italiana Parmalat no Brasil e especificamente no Paraná (Batávia).

Essencialmente, as repercussões do pedido de concordata da multinacional Parmalat, oitavo maior grupo empresarial da Itália, em 24 de dezembro de 2003,

depois da constatação, no balanço da corporação, de rombo financeiro e fraudes contábeis estimadas em US\$ 10,0 bilhões, desencadearam apreensões acerca da capacidade da filial brasileira cumprir seus compromissos junto aos pequenos produtores de leite, o que se confirmou.

As preocupações das autoridades atingiram inclusive aspectos relacionados à entrada dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil nos anos recentes, especialmente aqueles direcionados à aquisição de empresas públicas e privadas nacionais. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, chegou a considerar “irresponsável a tolerância oficial ante a intensificação da tendência de controle de segmentos produtivos estratégicos, como o de alimentos, por grandes grupos transnacionais”.

No caso da atuação da Batávia, apesar de a empresa ter efetuado o pagamento aos fornecedores de leite, o governo do Estado acenou com a possibilidade de disponibilização de recursos da Agência Estadual de Fomento para a realização de operações de socorro aos produtores fornecedores.

---

### *A retomada do controle acionário da Batávia pelas cooperativas regionais pode representar o começo da reconstrução de uma identidade empresarial regional*

---

Nesse contexto, a provável retomada do controle acionário da Batávia - dominada pela Parmalat - pelas Cooperativas Central de Laticínios do Paraná (CCLPL) e Agromilk (de Santa Catarina) pode representar o primeiro passo para a reconstrução de uma espécie de identidade empresarial regional, perdida ao longo do ciclo de desnacionalização da economia brasileira ocorrido durante os anos 90.

Naquele período, alguns importantes grupos empresariais paranaenses sucumbiram diante dos reflexos da gestão macroeconômica equivocada do Plano Real e da abertura indiscriminada do País ao capital estrangeiro. Não é exagero afirmar que o Paraná transformou-se em um autêntico território de gerentes de multinacionais.

Cumpra reconhecer que a entrada da Parmalat no Paraná refletiu mais uma escolha estratégica da cooperativa Batavo e menos o prosseguimento da busca de ampliação das escalas comerciais e financeiras de uma grande peça do sistema capitalista mundial. De fato, as estratégias competitivas implementadas pelas organizações refletem processos decisórios específicos realizados segundo o padrão de concorrência prevalente em sua área de atuação.

No entanto, a falência da transnacional no mundo e a decretação de concordata do grupo no Brasil, com dívidas que devem suplantar os R\$ 2,4 bilhões segundo

a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, podem propiciar a reversão do processo de desnacionalização. Tanto é assim que o Poder Judiciário acatou ação movida pela CCLPL e da Agromilk, que possuem 49,0% das ações da Batávia.

A Justiça deliberou, por meio de liminar, a destituição da Parmalat do controle da Batávia, única planta no Brasil na qual a corporação italiana dividia a sociedade com terceiros, e a apuração (perícia) dos haveres. Tal definição acabou livrando a unidade de Carambeí da intervenção no grupo Parmalat determinada pelo juiz da 42ª Vara Cível de São Paulo.

Com esta decisão, o Judiciário buscou, ao mesmo tempo, evitar os prejuízos decorrentes da quebra do grupo majoritário – principalmente o fechamento das linhas de crédito, o afastamento dos fornecedores e o declínio da participação no mercado da marca Batavo, devido à falta de garantias –, e abrir a possibilidade de os acionistas minoritários da empresa virem a resgatar o controle da mesma.

Coincidentemente, após aquela determinação judicial, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento formulou proposta de fatiamento dos ativos da Parmalat no Brasil entre as cooperativas regionais, como forma de encaminhamento de resolução do problema financeiro da companhia, de garantia de continuidade das operações das diversas unidades do grupo e, por extensão, de reorganização do segmento leiteiro na direção de menor concentração. Os entraves jurídicos ao fatiamento podem tornar o arrendamento com opção de compra a saída mais adequada.

Nesse ponto, convém descrever a trajetória que levou à absorção da parte de laticínios da Batavo pela Parmalat. Em 1954, imigrantes holandeses da Região de Castro e Carambeí criaram a CCLPL e, em 1961, surgiu o grupo Batavo, agregado às Cooperativas Agrícola Arapotí (Capal) e Castrolanda.

No final de 1996, a CCLPL, fabricante da marca Batavo, incorporou a Cooperativa Central Agromilk, formada por onze cooperativas isoladas. Com a operação, a Batavo somou ao seu patrimônio mais quatro plantas industriais, mais que duplicando sua capacidade de produção de leite e de derivados e consolidando a quarta posição no *ranking* das empresas de laticínios do País, atrás apenas da Nestlé, Parmalat e Cooperativa Paulista de Laticínios. Tal conduta também atendia aos propósitos de minimizar os efeitos da competição imposta pelas importações de leite em pó, subsidiadas em até 70% nos países de origem e permitindo ganhos financeiros aos importadores.

Na seqüência, a organização avaliou que a ampliação de sua fatia de mercado dependeria da entrada nas frentes do Sudeste (principalmente Rio de Janeiro) e Nordeste, dominadas pelas três empresas líderes. Contudo, como a viabilização do atendimento daquelas regiões requereria, além de novas inversões em ampliação da capacidade produtiva, maiores gastos com propaganda, a empresa cogitou a hipótese de transformação em sociedade anônima para facilitar a captação de recursos.

Entretanto, com um passivo de quase R\$ 180,0 milhões, em abril de 1998, a empresa acabou optando estrategicamente pela transferência de 51,0% de seu controle acionário por R\$ 142,0 milhões para a Parmalat, constituindo a Batávia. À CCLPL couberam 45,5% das ações, e à Agromilk 3,5%. Mesmo ficando fora do mercado de carnes, com a transferência da unidade para o grupo Perdigão, a companhia detém a liderança em refrigerados na Região Sul do País, respondendo por 1/5 das vendas. No Paraná, a empresa participa com 26,0% e 29,0% nos segmentos de refrigerados e iogurtes, respectivamente.

A compressiva política de preços de compras praticada pela multinacional, em uma estrutura de mercado oligopsônica (demanda concentrada e oferta pulverizada), resultou na gradativa perda de exclusividade no fornecimento de leite por parte dos cooperados. Atualmente, as cooperativas integradas transferem mais da metade da produção para outras empresas, forçando a multinacional a adquirir matéria-prima em outras regiões, operação que ocasiona elevação dos custos decorrentes das despesas adicionais com transportes.

Nessas condições, o conjunto de saídas para a preservação dos 1.400 empregos diretos e 7.000 indiretos gerados pela Batávia e das relações comerciais com os 1.200 agricultores cooperados poderia abrigar a compra das ações, a cessão aos credores, o arrendamento com opção de compra por determinado período (enquanto a empresa tenta saldar as dívidas e suspender a concordata), a busca de novos sócios ou a venda da empresa.

A despeito da situação financeira das duas cooperativas não ser das mais animadoras – tendo registrado prejuízo superior a R\$ 20,0 milhões para um faturamento de R\$ 500,0 milhões em 2003 –, o pedido de concordata do grupo italiano deve reduzir o valor das ações da empresa, facilitando a obtenção de crédito bancário oficial (BNDES via Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE) para a aquisição das ações da Parmalat, a taxas compatíveis com a rentabilidade da atividade. Do contrário, a concentração econômica no ramo pode ser intensificada com a incorporação da empresa por outro grande grupo estrangeiro atuante no Brasil.

---

*Alguns esforços de natureza tarifária,  
tributária e fiscal afetaram positivamente  
a micro e a macroeconomia  
paranaense em 2003*

---

Voltando à descrição do aludido risco-Paraná, parece correto sublinhar o papel de fatores de irrigação cumprido por alguns esforços de natureza tarifária, tributária e fiscal, executados no Estado, atingindo positivamente a microeconomia e gerando relevantes

resultados na contabilidade macroeconômica em 2003. O Produto Interno Bruto (PIB) paranaense cresceu 3,4% no ano passado, em meio à contração brasileira (variação de -0,2%).

Na área tarifária, a deliberação-chave correspondeu à não concessão do reajuste de 25,27% nas tarifas de energia elétrica por parte da Companhia Paranaense de Energia (Copel), autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de 25 de junho de 2003. Concretamente, a empresa incorporou a correção e passou a conceder descontos aos consumidores adimplentes. Em janeiro de 2004, o desconto sofreu redução, com a elevação média da tarifa de 15,0%.

A renúncia de faturamento representou uma injeção direta de recursos da ordem de R\$ 500,00 milhões na economia estadual, que assumiu a forma de capital de giro ou de investimento para as empresas ou de maior disponibilidade de renda líquida dos consumidores. Os recursos acrescentados ao volume de renda regional chegaram a R\$ 600,00 milhões, quando considerados os R\$ 100,00 milhões gerados pelo Programa “Luz Fraterna”, que isentou, do pagamento da tarifa, o consumo de energia elétrica de até 100 kWh/mês para as famílias de baixa renda.

No campo tributário, o governo promoveu a isenção do ICMS para cerca de 120 mil microempresas, cujo faturamento mensal não superou R\$ 15,0 mil, e a redução da alíquota para 2,0%, 3,0% e 4,0% para empresas com vendas mensais de até R\$ 30,0 mil, R\$ 100,0 mil e acima de R\$ 100,0 mil, respectivamente. Houve ainda a redução de 18,0% para 12,0% do ICMS cobrado nas importações por portos paranaenses e nas compras industriais realizadas dentro dos limites geográficos do Estado, com os 6,0% restantes diferidos na etapa seguinte, a diminuição de 18,0% para 7,0% do ICMS nas aquisições de sete insumos da construção civil e o parcelamento em 48 meses do ICMS nas importações de bens de produção.

O ajuste fiscal começou com a decretação de moratória dos restos a pagar (todos os contratos públicos com fornecedores) por um período de 90 dias, a contar de 1º de janeiro de 2003. O prosseguimento do ajuste se deu com a suspensão do pagamento de alguns contratos de compra de energia pela Copel, particularmente com a Companhia de Interligação Energética (CIEN), braço da espanhola Endesa, que vendia energia da Argentina; da Itiquira Energética, de Mato Grosso, de propriedade da empresa Tosli Acquisitions, controlada pela norte-americana NGR Energy; e da Usina de Energia a Gás de Araucária (UEG), pertencente ao grupo americano El Paso.

Mais precisamente, os três contratos previam a compra de 1.400 MWs médios de energia, perfazendo dispêndios anuais da ordem de R\$ 1.400,0 milhões, com garantia cambial. Adicionalmente, caberiam aqui duas observações. A primeira delas corresponde ao fato de a estatal necessitar de apenas 100 MWs médios de terceiros para a cobertura da demanda, devido ao declínio do consumo decorrente dos reflexos do racionamento de energia elétrica verificado em 2001. A

segunda observação abarca o prejuízo embutido no hiato entre os preços pagos pela energia contratada e aqueles praticados na revenda no mercado atacadista de energia (MAE).

A renegociação dos termos com a Cien implicou a redução da energia contratada de 800 para 400 MWs e do prazo de vigência dos contratos de vinte para sete anos, encerrando em 2009; a repactuação com a Itiquira resultou em declínio de 20,0% nos preços da energia; e as negociações com a UEG tornaram-se litigiosas. No final das contas, estima-se que os gastos totais com aquisição de energia recuaram dos R\$ 1.400,0 milhões/ano para cerca de R\$ 400,0 milhões/ano, mais que compensando a renúncia de receita determinada pela não correção tarifária.

Ainda no tocante à Copel, outra forte possibilidade compreende a venda das participações minoritárias da empresa, especificamente na Sanepar (6,0% do capital total), na Sercomtel (45,0%), empresa de telefonia fixa de Londrina, no provedor da internet Onda (25,0%), na usina eólica de Palmas (30,0%), na termelétrica de Araucária (20,0%) e nas hidrelétricas de Foz do Chopim (36,0%) e Campos Novos (16,7%).

Essa perspectiva deriva do fato de as novas regras para o setor elétrico brasileiro, em tramitação no Senado da República, acabarem por desestimular as inversões das companhias superavitárias em geração de energia. O novo modelo define a presença de um *pool*, controlado por um administrador de contratos, responsável pelas operações de compra de toda a energia produzida por geradoras a preços médios e a sua venda às distribuidoras a preço único. Como a Copel produz 4,5 mil megawatts (MW) de energia provenientes de unidades já amortizadas e utiliza apenas 2,5 mil megawatts (MW), é bastante provável a ocorrência de diferenciais desfavoráveis entre preço de venda e de compra nas transações intermediadas pelo referido *pool*.

Em linha análoga, houve a recuperação do controle acionário estatal da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Recorde-se que, em 1998, a Dominó Holdings, formada pela corporação francesa Vivendi, o banco Opportunity e a empreiteira Andrade Gutierrez, adquiriu 39,71% das ações ordinárias da companhia. Em setembro do mesmo ano, o executivo estadual firmou um pacto de acionistas com o consórcio, transferindo o poder decisório da empresa a grupos privados e minoritários, especificamente quanto aos elementos centrais da gestão empresarial, como distribuição de dividendos e lucros, aprovação do valor das tarifas, elaboração do plano de negócios e do orçamento anuais, financiamentos, escolha e destituição de auditores independentes, dentre outros pontos.

Em fevereiro de 2003 o governo estadual promoveu a anulação do acordo de acionistas, válido até 2013, resgatando o comando estatal da Sanepar. Ademais, o governo propôs, ao Conselho de Administração da empresa, a conversão de créditos em ações, prevista na Lei 6.404/76, artigo 171, parágrafo 2. Trata-se da transformação em capital de três blocos de dívidas que perfazem quase R\$ 370,0 bilhões, sendo R\$ 159,0 milhões

referentes a repasses para a Paranasan, R\$ 185,0 milhões correspondentes a um contrato de longo prazo com o Banco do Japão e R\$ 25,8 milhões de um débito da Copel transferido à Sanepar.

Outra fonte indireta de irrigação da economia estadual pela via fiscal-tarifária está na diminuição dos custos de transporte, por conta dos acordos de redução de 30,0% do valor do pedágio, celebrados com a concessionária “Caminhos do Paraná”, responsável por um trecho das rodovias federais estadualizadas e repassadas a consórcios privados em 1997, e da não autorização judicial do reajuste anual das tarifas cobradas pelas empresas que operam os demais trechos.

Adicionalmente, o governo editou decreto transformando como de interesse público, para fins de desapropriação, as ações ordinárias das concessionárias dos trechos rodoviários pedagiados, evitando a obrigação de realização de pagamento prévio, e normalmente elevado, previsto no caso de encampação, tal como aprovado pela Assembléia Legislativa.

Em fevereiro de 2004, as empresas concessionárias conseguiram liminar na Justiça para a promoção da pleiteada correção tarifária, que dias depois foi suspensa. Na seqüência, o executivo estadual abriu processo administrativo de inadimplência contra uma concessionária (Ecovia) e instituiu decreto declarando de utilidade pública as ações da concessionária Rodonorte, acompanhado de proposta de indenização de R\$ 12,3 milhões.

Ainda em fevereiro de 2004, decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) suspendeu o referido decreto, tornando sem efeito qualquer ato de desapropriação do capital votante da empresa. No final do mês, uma Corte Especial do Tribunal Regional Federal (TRF) de Porto Alegre autorizou reajustes médios de 15,34% para as tarifas de pedágio das concessionárias Ecovia, Rodonorte, Viapar e Econorte.

---

*A complexidade da questão do pedágio exige a ampliação do leque de agentes sociais participantes das discussões e negociações*

---

A complexidade dessa questão e a necessidade de reduzir as chances de sua eternização jurídica impõem a ampliação do leque de agentes sociais participantes das discussões e negociações e a consideração de variáveis adicionais à equação econômica das concessionárias, formada por custo, lucro, investimento e receita. É preciso acrescentar nas apreciações elementos novos, como despesas operacionais dos transportadores, expectativa de vida útil dos veículos, duração dos percursos, relação valor/peso dos produtos transportados, readequação das projeções de fluxo de veículos nas rodovias, concessão de descontos tarifários e/ou cobrança unidirecional para transporte de insumos e produtos

agrícolas e, principalmente, devolução da delegação de operação ao poder concedente (governo federal).

Também é relevante contemplar necessidade de elevação das inversões em multimodalidade de transportes (basicamente por meio do avanço da opção ferroviária) e de criação de condições adequadas de financiamento da reparação, manutenção e ampliação da malha estadual (85,0% do total) que ficou de fora dos mais de 2,344 mil km operados pelo setor privado, sendo 1.781 km (76,0%) federais e 563 km (24,0%) estaduais.

A respeito desse último ponto, é importante atentar para o fato de que embora a proposta de "pedágio de manutenção" esteja assentada nos menores custos fixos do Estado em relação às concessionárias, o que poderia se traduzir em drástica redução de tarifas, sua aplicação restringiria a arregimentação de recursos para a ampliação da capacidade do sistema.

Paralelamente, delinea-se um caminho de retomada pública da Ferroeste, trecho ferroviário de 248 km entre Cascavel e Guarapuava, que vem sendo explorado pela Ferropar, consórcio formado pela Gemon Geral de Engenharia e Montagens, FAO Empreendimentos e Participações Limitada, Pound S.A. e América Latina Logística (ALL).

A obra custou ao Estado cerca de US\$ 340,0 milhões e foi arrendada à iniciativa privada em 1996 por R\$ 25,7 milhões totais, pagáveis em 108 parcelas mensais a partir de 2000, carência que foi prorrogada até o final de 2003, com abatimento de 74,0% no valor das prestações em razão da frustração das expectativas quanto à movimentação de cargas. A partir de janeiro de 2004, o consórcio estaria obrigado a desembolsar mensalmente as cifras correspondentes às prestações e aos descontos, configurando necessidade de pagamento de R\$ 3,22 milhões contra os R\$ 553,0 mil efetivamente repassados.

Portanto, a solicitação de devolução do arrendamento, feita pelo governo do Estado, estaria ocorrendo por inadimplência financeira da operadora e pelo não cumprimento das metas de investimento. Pelo contrato de subconcessão, a empresa comprometeu-se a acumular, no período 1997-2003, 673 vagões e 56 locomotivas de 2.500 HPs, contra os 350 vagões e as 18 locomotivas de 1.600 HPs disponíveis atualmente. Ademais, a Ferropar transportou 6,6 milhões de toneladas no mesmo período, volume correspondente a 39,5% dos 16,7 milhões de toneladas previstos.

Como agravante, além da falta de empenho para equacionamento do passivo e tentativa de manutenção da concessão, o consórcio optou por aguardar a explicitação do modelo de gestão por parte do governo estadual e, inclusive, por suspender inversões em equipamentos, caso da ALL, que possui 25,0% das ações da Ferropar.

---

*É crucial a aplicação de critérios que preservem a conjugação entre eficiência microeconômica e interesse social, quando da revisão de contratos do poder público com grupos privados*

---

Evidentemente, faz-se necessária, por ocasião da revisão de contratos do poder público com grupos privados, a aplicação de critérios que preservem a conjugação entre eficiência microeconômica e interesse social. Por exemplo, as negociações no âmbito do Conselho de Política Automotiva devem resultar em compromissos, por parte das montadoras e de seus fornecedores de primeira linha, de ampliação das compras de peças e componentes fabricados no Estado, que atualmente representam cerca de 24,0% das aquisições totais.

Porém, as pressões indicativas de um possível decréscimo dos investimentos produtivos no território paranaense, associadas ao suposto desrespeito aos contratos, não devem resultar no retorno do ilusionismo da substituição do Estado pelo mercado. A propósito disso, o mestre Celso Furtado adverte que "são as grandes empresas que têm planejamento próprio que vão comandar o processo social, em função de objetivos que nos escapam"<sup>2</sup>. No final das contas, o Estado deve procurar elevar seu poder de indução das preferências microeconômicas, bem como ampliar a cobertura e aprimorar os níveis de eficiência do gasto e do investimento público.

Rigorosamente, a fórmula do "repelente" de investimentos produtivos é composta por um conjunto de elementos estreitamente articulados, como as contradições na política macroeconômica, a falta de uma estratégia de crescimento definidora dos ganhadores e perdedores diretos de um novo ciclo expansivo e a precariedade infra-estrutural.

Adicionalmente, os entraves às inversões podem ser expressos pela ausência de um marco regulatório estável para os investimentos e a operação dos serviços públicos em regime de concessão à iniciativa privada, pelo excessivo custo do capital - pressionado pela exorbitante carga de burocracia, de tributos e de juros reais, bastante acima da média internacional - e pela carência de um câmbio competitivo capaz de viabilizar o desengavetamento de projetos voltados à elevação das capacidades de exportação e de substituição de importações do País.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>O autor agradece as críticas e observações feitas por Antonio Justino Spinello, Administrador de Empresas e Analista de Mercado da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

<sup>2</sup>FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p.80.

# A economia paranaense em 2003: desempenho atualizado<sup>1</sup>

Julio Takeshi Suzuki Júnior

Este artigo procura descrever o desempenho econômico do Paraná no ano passado, com base em estatísticas revistas e atualizadas, cobrindo todo o exercício de 2003. O texto também traz uma análise sucinta dos principais fatores intrínsecos e exógenos que determinaram a dinâmica da economia estadual, complementando um trabalho similar realizado no último bimestre de 2003, limitado, portanto, aos dados disponíveis naquele momento.<sup>2</sup>

Inicialmente, verifica-se que o Produto Interno Bruto (PIB) paranaense cresceu 3,4% em 2003, segundo estimativas preliminares do IPARDES, contra retração de 0,2% do País, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse comportamento positivamente diferenciado do Estado derivou de influências externas e internas. Pelo ângulo externo, pode-se destacar a elevação dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, consequência direta do aumento da demanda asiática e da quebra da safra de grãos nos Estados Unidos, que teve efeitos relevantes em nível estadual, em razão da significativa participação do setor primário no PIB e da representatividade do agronegócio nas exportações. Adicionalmente, assistiu-se à recuperação da economia mundial, ainda que em um ritmo muito abaixo do desejável, refletindo os baixos patamares dos juros básicos das economias norte-americana, japonesa e européia e o dinamismo econômico de importantes países emergentes, como a China.

Já pelo lado interno, sobressaem as medidas de ordem fiscal implementadas pelo governo estadual no transcorrer de 2003, mais precisamente a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para microempresas e a diminuição de 18,0% para 12,0% da alíquota do ICMS nas operações internas entre atacadistas e industriais, voltadas à promoção de uma maior articulação comercial entre as empresas locais, por meio da redução do ônus tributário.

O bom desempenho da economia do Paraná é observado também em uma análise desagregada, contemplando a agropecuária, indústria, comércio e mercado de trabalho. No caso do setor primário, foram colhidas 30,32 milhões de toneladas de grãos na safra 2002/2003 (tabela 1), resultado que representou incremento de 35,2% em comparação à temporada 2001/2002, quando a produção estadual atingiu 22,44 milhões de toneladas, segundo o Departamento de

Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab/Deral).

TABELA 1 - PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS - SAFRAS 2001/2002 E 2002/2003

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		Var. (%)
	Safra 2001/2002	Safra 2002/2003	
Grãos de verão	20 487 885	26 583 115	29,8
Algodão	83 970	71 680	-14,6
Amendoim	8 860	7 912	-10,7
Arroz (irrigado)	74 545	86 041	15,4
Arroz (sequeiro)	110 700	107 375	-3,0
Café	139 088	118 288	-15,7
Feijão (águas)	464 913	492 037	5,8
Feijão (seca)	149 822	194 874	30,1
Feijão (inverno)	14 324	20 389	42,3
Girassol	128	937	632,0
Mamona	356	312	-12,4
Milho (normal)	7 689 404	8 358 952	8,7
Milho (safrinha)	2 168 100	6 077 704	180,3
Milho (waxy)	15 800	30 985	96,1
Soja (normal)	9 539 586	10 947 484	14,8
Soja (safrinha)	26 319	62 523	137,6
Sorgo (primavera)	-	5 580	-
Sorgo (outono)	17 770	32 027	80,2
Grãos de inverno	1 935 825	3 740 766	93,2
Aveia (branca)	79 323	105 684	33,2
Aveia (preta)	108 520	212 594	95,9
Canola	5 085	4 705	-7,5
Centeio	985	1 020	3,6
Cevada	77 862	185 921	138,8
Trigo	1 557 547	3 074 640	97,4
Triticale	106 503	155 502	46,0
TOTAL	22 439 710	30 323 181	35,2

FONTE: Seab/Deral

Os destaques foram as lavouras da soja e do milho, responsáveis por 83,9% do total colhido no Estado, com variações na produção de, respectivamente, 15,1% e 46,5% na última safra. Ademais, merecem destaque as culturas do feijão, aveia, cevada e trigo, que também apresentaram expressivos incrementos produtivos, como resultado principalmente da elevação dos índices de rendimento físico.

\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

Com relação ao feijão, a produção alcançou 707,3 mil toneladas, 12,4% acima do resultado obtido na temporada 2001/2002, quando foram colhidas 629,1 mil toneladas. Já no que se refere ao trigo, houve incremento de 97,4%, com a produção saltando de 1,56 milhão para 3,07 milhões de toneladas, o que garantiu ao Estado a condição de maior produtor nacional.

Em sintonia com a agricultura, a produção pecuária do Paraná também cresceu de forma considerável em 2003. De acordo com dados do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná (Sindicarne), os abates inspecionados de aves, bovinos e suínos avançaram, respectivamente, 8,4%, 11,4% e 7,6% em comparação a 2002, o que pode ser explicado pela crescente inserção do complexo carnes no mercado externo.

Passando ao desempenho do setor secundário, registrou-se crescimento da ordem de 3,0% na produção industrial paranaense em 2003, contra 0,3% da indústria brasileira. Esse resultado correspondeu ao terceiro melhor desempenho entre as dez unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, ficando abaixo somente dos Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, que registraram variações positivas de 11,6% e 3,8%, respectivamente (tabela 2).

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003

UF	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ceará	-1,4
Pernambuco	2,3
Bahia	-1,9
Minas Gerais	-0,6
Espírito Santo	11,6
Rio de Janeiro	-0,9
São Paulo	0,7
Paraná	3,0
Santa Catarina	-2,5
Rio Grande do Sul	3,8
BRASIL	0,3

FONTE: IBGE

A boa performance da indústria do Paraná refletiu o aumento da produção de doze gêneros industriais, com destaque para o ramo borracha, que contabilizou aumento de 23,5% (tabela 3). No entanto, o gênero mecânica, cujo crescimento atingiu 18,5%, foi o principal responsável pela evolução do índice geral, dada a maior representatividade do segmento na produção industrial global (em comparação ao gênero borracha). Nesse ramo específico, sobressaiu a fabricação de bens ligados às atividades agrícolas, principalmente colheitadeiras, o que evidencia o efeito multiplicador do aumento da renda do setor primário e o êxito do Programa para a Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados (Moderfrota), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde março de 2000.

Cabe destacar, ainda, a expansão de 3,8% registrada pela química, visto que o referido gênero tem o maior peso na estrutura da produção industrial do Paraná, condição que estabelece forte vínculo entre a

variação do índice geral da indústria e o desempenho do segmento. Como se sabe, nesse ramo predomina a produção de derivados de petróleo, concentrada na Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, dando uma idéia da importância econômica das empresas estatais.

Por outro lado, sete gêneros industriais registraram queda na produção física em 2003, com maiores declínios para os ramos matérias plásticas (-16,2%), perfumaria, sabões e velas (-11,2%) e minerais não-metálicos (-8,2%).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA - 2003

GÊNERO	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	3,0
Extrativa mineral	12,5
Indústria de transformação	3,0
Minerais não-metálicos	-8,2
Metalúrgica	4,5
Mecânica	18,5
Material elétrico e de comunicações	6,6
Material de transporte	6,9
Madeira	4,8
Mobiliário	6,5
Papel e papelão	-6,5
Borracha	23,5
Couros e peles	7,1
Química	3,8
Perfumaria, sabões e velas	-11,2
Matérias plásticas	-16,2
Têxtil	-4,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	12,1
Produtos alimentares	0,7
Bebidas	-0,8
Fumo	-6,4

FONTE: IBGE

Como reflexo do aumento da produção, o número de pessoas ocupadas na indústria paranaense cresceu 2,3% no ano passado, ante retração de 0,5% observada em nível nacional (tabela 4). De acordo com o IBGE, os segmentos de refino de petróleo, máquinas e equipamentos (exclusive elétricos e eletrônicos), papel e gráfica, alimentos e bebidas e vestuário alcançaram os melhores resultados, com variações de 39,0%, 12,5%, 10,4%, 9,8% e 8,4%, respectivamente, contribuindo sobremaneira para a expansão do emprego industrial no Paraná.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003

UF	VARIAÇÃO (%)
Ceará	1,3
Pernambuco	-1,3
Bahia	-3,2
Minas Gerais	-1,2
Espírito Santo	-5,0
Rio de Janeiro	-4,0
São Paulo	-0,9
Paraná	2,3
Santa Catarina	1,5
Rio Grande do Sul	-1,3
BRASIL	-0,5

FONTE: IBGE

Ainda com relação ao setor industrial, as compras de insumos realizadas pelas empresas paranaenses aumentaram 4,98% em 2003, segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Diferentemente das compras realizadas em outros estados, que recuaram 11,69%, as aquisições de mercadorias de fornecedores locais cresceram 13,39%, o que pode ser atribuído, em grande medida, à redução do ICMS nas compras efetuadas no território paranaense, conforme já mencionado.

Na mesma linha, as estatísticas relativas ao volume das vendas do comércio varejista apontam crescimento de 0,9% (tabela 5), contrastando com os números desfavoráveis registrados pelo País, com queda de 3,7%, e por grande parte dos estados brasileiros. Das 27 unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, apenas seis apresentaram variação positiva no volume vendido pelo varejo em 2003, sendo que o Paraná ocupou a terceira colocação, atrás somente de Rondônia (+5,5%) e do Mato Grosso (+1,5%).

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003

UF	VARIÇÃO (%)			
	Total	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	Tecidos, vestuário e calçados
BRASIL	-3,7	-4,3	-4,9	-3,1
Ceará	-5,9	-9,8	-10,2	0,3
Pernambuco	-6,9	0,0	-12,4	-11,7
Bahia	-5,6	-4,6	-8,0	-8,8
Minas Gerais	-1,8	-5,3	-0,3	-1,9
Espírito Santo	-6,8	-7,3	-2,9	-16,6
Rio de Janeiro	-6,9	-9,3	-12,3	-11,1
São Paulo	-3,6	-6,7	-3,4	-1,4
Paraná	0,9	6,6	-3,3	4,4
Santa Catarina	0,5	1,0	0,0	2,0
Rio Grande do Sul	-3,2	-6,0	-6,1	-0,6
Goiás	-1,4	-5,3	-2,4	-2,4
Distrito Federal	-5,7	-7,4	-9,9	-5,0

UF	VARIÇÃO (%)		
	Móveis e eletrodomésticos	Demais artigos de uso pessoal e doméstico	Veículos, motos, partes e peças
BRASIL	-0,9	-2,4	-7,2
Ceará	-0,8	-5,0	8,4
Pernambuco	10,6	-7,9	-8,1
Bahia	-1,2	-0,7	12,0
Minas Gerais	0,8	-2,7	17,6
Espírito Santo	-18,5	-3,3	6,0
Rio de Janeiro	-2,8	1,5	-5,1
São Paulo	-4,7	-4,0	-15,9
Paraná	6,8	-0,5	-0,9
Santa Catarina	2,9	-2,0	-7,5
Rio Grande do Sul	5,0	1,5	10,1
Goiás	6,3	-2,7	-1,6
Distrito Federal	1,6	3,8	9,5

FONTE: IBGE

No Estado, o incremento decorreu principalmente da expansão dos segmentos de móveis e eletrodomésticos e de combustíveis e lubrificantes, este último item fortemente determinado pelos reflexos da comercialização da safra agrícola. O efeito safra pode ser comprovado pelo incremento de 2,6% nas vendas de óleo diesel no Estado no ano passado, de acordo

com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o que contrastou com o decréscimo de 2,7% verificado no País (tabela 6).

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE ÓLEO DIESEL - BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS - 2003

ESTADO	VARIÇÃO (%)
Ceará	-8,8
Pernambuco	-9,6
Bahia	-7,0
Minas Gerais	-0,4
Espírito Santo	-1,2
Rio de Janeiro	-6,2
São Paulo	-3,9
Paraná	2,6
Santa Catarina	-3,8
Rio Grande do Sul	-1,6
Goiás	0,6
Distrito Federal	-12,7
BRASIL	-2,7

FONTE: ANP/DNC

NOTA: Inclui o consumo próprio das companhias distribuidoras.

No que tange ao comércio exterior, não há dúvidas quanto ao dinamismo das exportações estaduais. Em 2003, as vendas externas do Paraná somaram US\$ 7,15 bilhões (tabela 7), resultado 25,49% superior ao contabilizado em 2002. Dentre os segmentos que contribuíram para a ampliação das exportações, pode-se destacar os complexos soja e material de transporte, responsáveis atualmente por 54,9% das vendas totais.

No caso do complexo soja, o notável crescimento de 26,77% das receitas com as exportações reflete as condições favoráveis do mercado internacional de *commodities* e o aumento da produção paranaense da leguminosa. Nesse grupo, vale ressaltar as vendas externas de óleo, que totalizaram US\$ 526,7 milhões no ano passado, valor que representa aumento de 55,36% em relação ao exercício anterior. Porém, a soja em grão continua como o principal produto do complexo, com exportações da ordem de US\$ 1,08 bilhão, superando em 25,64% as receitas obtidas no período janeiro-dezembro de 2002.

Já no que se refere ao grupo material de transporte, a elevação de 14,18% das receitas cambiais pode ser imputada à evolução das vendas de motores, autopeças, tratores, chassis e veículos comerciais, uma vez que as exportações de automóveis de passeio declinaram 6,48%. Ademais, cabe destacar a expressiva ampliação das vendas externas dos complexos madeira e carnes, que registraram taxas de crescimento de, respectivamente, 26,35% e 37,94% no período em análise.

Pelo lado das importações, houve incremento de apenas 4,63%, passando de US\$ 3,33 bilhões em 2002 para US\$ 3,49 bilhões no ano passado (tabela 8). Em trajetória contrária à dos grupos material de transporte, máquinas e instrumentos mecânicos e produtos químicos, cujas importações caíram em 2003, os segmentos de fertilizantes, combustíveis e material elétrico apresentaram crescimento nas aquisições externas, atingindo variações de 37,82%, 16,62% e 32,47%, respectivamente.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-DEZEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VAR. (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 476 454	34,62	1 953 459	34,27	26,77
Grão	1 077 349	15,06	857 505	15,04	25,64
Farelo	872 399	12,20	756 927	13,28	15,26
Óleo	526 707	7,36	339 026	5,95	55,36
Material de transporte	1 450 608	20,28	1 270 458	22,29	14,18
Automóveis	656 812	9,18	702 292	12,32	- 6,48
Motores para autoveículos	348 529	4,87	266 555	4,68	30,75
Autopeças	243 502	3,40	180 170	3,16	35,15
Tratores e partes	102 512	1,43	66 916	1,17	53,19
Chassis e carroçarias p/autoveiculos comerciais	64 953	0,91	23 323	0,41	178,49
Autoveiculos comerciais leves e pesados	30 331	0,42	28 374	0,50	6,90
Outros	3 970	0,06	2 828	0,05	40,39
Madeira	758 406	10,60	600 233	10,53	26,35
Compensados	343 139	4,80	235 554	4,13	45,67
Serradas	178 745	2,50	163 035	2,86	9,64
Obras de marcenaria/carpintaria	74 218	1,04	59 612	1,05	24,50
Molduras	64 159	0,90	70 329	1,23	- 8,77
Outros	98 144	1,37	71 704	1,26	36,87
Carnes	658 991	9,21	477 754	8,38	37,94
Aves	485 071	6,78	359 388	6,30	34,97
Suínos	93 850	1,31	60 484	1,06	55,16
Bovinos	64 639	0,90	47 630	0,84	35,71
Outros	15 430	0,22	10 252	0,18	50,51
Cereais	307 499	4,30	235 645	4,13	30,49
Milho	294 310	4,11	235 252	4,13	25,10
Outros	13 188	0,18	393	0,01	3 255,06
Outros	1 501 277	20,99	1 162 650	20,40	29,13
TOTAL GERAL	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JANEIRO-DEZEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	840 683	24,10	888 586	26,65	- 5,39
Autopeças	633 242	18,15	617 661	18,53	2,52
Motores para autoveiculos	104 140	2,99	113 858	3,42	- 8,54
Automóveis	37 540	1,08	62 483	1,87	- 39,92
Tratores	21 437	0,61	18 847	0,57	13,75
Pneumáticos	16 079	0,46	42 299	1,27	- 61,99
Autoveiculos comerciais leves e pesados	5 904	0,17	13 641	0,41	- 56,72
Outros	22 339	0,64	19 796	0,59	12,85
Aduos e fertilizantes	405 585	11,63	294 289	8,83	37,82
Potássicos	140 919	4,04	128 848	3,86	9,37
Nitrogenados	72 487	2,08	47 503	1,42	52,59
Fosfatados	51 393	1,47	30 737	0,92	67,20
Outros	140 786	4,04	117 938	3,54	19,37
Combustíveis e lubrificantes	385 984	11,07	330 964	9,93	16,62
Óleo bruto de petróleo	344 939	9,89	295 680	8,87	16,66
Gases liquefeitos	16 366	0,47	4 887	0,15	234,87
Outros	24 679	0,71	30 396	0,91	- 18,81
Máquinas e instrumentos mecânicos	361 678	10,37	385 987	11,58	- 6,30
Aparelhos de ar e compressores	63 607	1,82	61 933	1,86	2,70
Máquinas para usinagem de metais	30 882	0,89	28 711	0,86	7,56
Componentes hidráulicos	23 551	0,68	18 813	0,56	25,19
Partes de bombas p/ líquidos	23 529	0,67	13 104	0,39	79,55
Máquinas e implementos agrícolas	23 410	0,67	15 895	0,48	47,28
Rolamentos e esferas	18 848	0,54	15 203	0,46	23,97
Outros	177 850	5,10	232 327	6,97	- 23,45
Material elétrico	294 118	8,43	222 027	6,66	32,47
Componentes eletroeletrônicos	51 428	1,47	21 790	0,65	136,02
Equipamentos de telecomunicações/telefonias	40 407	1,16	28 326	0,85	42,65
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	22 414	0,64	19 009	0,57	17,91
Transformadores/conversores	20 871	0,60	11 364	0,34	83,66
Outros	158 998	4,56	141 539	4,25	12,34
Produtos químicos diversos	227 553	6,52	250 423	7,51	- 9,13
Soja	195 154	5,59	150 482	4,51	29,69
Grão	184 304	5,28	137 535	4,13	34,00
Outros	10 851	0,31	12 947	0,39	- 16,19
Outros	777 466	22,29	811 042	24,33	- 4,14
TOTAL GERAL	3 488 221	100,00	3 333 800	100,00	4,63

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

Por tudo isso, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), calculada pelo IPARDES, atingiu a média de 8,9% da PEA em 2003, bastante abaixo da nacional (12,3%). No mesmo sentido, o emprego formal no Paraná cresceu 6,5% em 2003, com a criação de 62.370 postos de trabalho, acima das 58.589 vagas geradas em

2002, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É interessante ressaltar que 85,5% (53.307 vagas) do total de empregos com carteira assinada foram gerados no interior do Estado, sinalizando a influência do agronegócio.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>O autor agradece as críticas e comentários de Gilmar Mendes Lourenço, economista e coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES.

<sup>2</sup>O artigo em questão intitula-se “A evolução da economia paranaense em 2003”, publicado no boletim Análise Conjuntural de novembro/dezembro de 2003.

# As exportações paranaenses da indústria automotiva

Bruno Reinoso Hybner e Cleber Parnoff\*

O presente artigo traz uma análise sucinta da evolução recente das exportações paranaenses do gênero industrial Material de Transporte, destacando o novo perfil da pauta, bem como os principais mercados compradores e as perspectivas para o futuro.

Inicialmente, a evolução das exportações do segmento automotivo pode ser dividida em duas fases distintas: antes e depois de 1998, quando tem início a produção de automóveis no Paraná. Na primeira fase, a pauta exportadora era concentrada nas vendas de autopeças, tratores e autoveículos comerciais pesados. Tal perfil deriva da instalação das montadoras multinacionais no Paraná na década de 70, responsáveis por expressivas parcelas das vendas externas setoriais, a despeito da ênfase das estratégias empresariais no mercado interno.

No início dos anos 90, os principais produtos exportados eram os autoveículos comerciais pesados (mais especificamente ônibus e caminhões), que se mantiveram nesta posição até 1993, quando registraram o maior patamar de exportações (US\$ 76,93 milhões). Contudo, houve uma contínua diminuição nas vendas externas de autoveículos pesados nos anos seguintes (à exceção de 1997), o que os colocou como o terceiro item mais exportado no grupo Material de Transporte entre 1995 e 1997, caindo para a quinta posição em 1998 (tabela 1).

Ainda com relação ao período 1990-1998, deve-se ressaltar o desempenho das exportações de autopeças, visto que este item registrou crescimento médio anual de 35,24% nesse intervalo, assumindo a primeira posição no *ranking* das exportações do complexo Material de Transporte a partir de 1994.

O segundo momento (1998-2003) teve início com a inauguração das fábricas da Renault e da Volkswagen, no fim de 1998 e início de 1999, respectivamente, no município de São José dos Pinhais. A implantação possibilitou uma diversificação na pauta de exportações, com a introdução de produtos de elevado conteúdo tecnológico, como automóveis de passeio e motores.

Em relação especificamente aos automóveis, as exportações registradas em 1999, início da operação das montadoras, representaram 13,43% (US\$ 47,82 milhões) do total exportado pelo complexo. Daí por diante, verificou-se uma trajetória de crescimento das vendas externas, sendo que em 2000 os embarques registraram expansão de 1.118% (US\$ 582,65 milhões), comparando-se com o ano anterior. Já no ano seguinte (2001) houve crescimento de 32,53%, com os automóveis respondendo por 63,85% (US\$ 772,22 milhões) do valor total das exportações do grupo.

Pode-se atribuir o bom desempenho nas exportações de automóveis ao conjunto que engloba a maturação dos investimentos, o acordo internacional com o México e a estratégia de exportação para os Estados Unidos, possibilitando que esses países ocupassem posição de destaque entre os mercados de destinos dos carros fabricados no Estado (tabela 2). Em 2001, os EUA foram responsáveis por 74,13% (US\$ 572,48 milhões) das vendas externas totais de automóveis produzidos no Paraná, fazendo com que o Estado respondesse por 96,58% das exportações brasileiras de automóveis ao mercado norte-americano. Porém, nota-se uma trajetória declinante nos últimos dois anos para este mercado.

Dando continuidade às exportações de automóveis, é importante ressaltar a representatividade do mercado mexicano. No ano de 2000, as vendas de carros paranaenses para o México renderam US\$ 90,18 milhões, expandindo-se para US\$ 97,57 milhões em 2001, o que correspondeu a um crescimento de 8,19%. Entretanto, constata-se queda das exportações para o México em 2002 e 2003, com as vendas externas atingindo US\$ 66,84 milhões e US\$ 39,40 milhões, respectivamente. Aliando-se o desempenho recente das exportações para os Estados Unidos e para o México, explica-se a queda nas exportações estaduais de automóveis em 2002 e 2003.

Já no que diz respeito aos motores, também foram registrados resultados expressivos, com as exportações atingindo um ápice de US\$ 348,53 milhões em 2003. Nesse caso, cabe destacar o início das operações da Tritec Motors, instalada em Campo Largo, que impulsionou as vendas externas de motores, garantindo a esse produto o segundo lugar no *ranking* de exportações do complexo, com participações de 13,19% (US\$ 159,52 milhões) em 2001, 20,98% (US\$ 266,55 milhões) em 2002 e 24,02% (US\$ 348,52 milhões) em 2003. A referida empresa é fabricante exclusiva dos motores 1.4 e 1.6 utilizados no compacto Mini da BMW,<sup>1</sup> carro de pequeno porte produzido na Inglaterra, mercado que absorveu 58,72% do total das exportações estaduais de motores em 2003.

Relativamente às perspectivas das montadoras, deve-se considerar que a unidade paranaense da Volkswagen foi escolhida para fabricar o Fox, carro compacto que deverá abastecer o mercado interno, com possibilidades de ser exportado para alguns países da

\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

América Latina. Além disso, é necessário levar em conta que a empresa será responsável pelo fornecimento de peças de reposição para o Golf (geração IV, substituída na Europa por uma nova versão), vencendo as subsidiárias do grupo localizadas na China, África do Sul e Alemanha, que também se apresentavam como opções. As peças deverão ser exportadas para Alemanha, EUA, China, Canadá e países da América do Sul.

Ainda quanto ao futuro das exportações da montadora alemã no Paraná, é preciso considerar a sobrevida que o automóvel Golf (geração IV) ganhou devido ao contrato firmado com a China, viabilizando exportações de veículos desmontados (CKD) ao país asiático até 2006.<sup>2</sup> Por outro lado, a produção do Audi A3 no Paraná deverá ser encerrada, em virtude da opção pela concentração da produção de um modelo renovado na Alemanha.

No que se refere à Renault do Brasil, a empresa fechou acordo visando produzir motores para duas unidades localizadas na França. Estima-se que 60 mil propulsores sejam enviados anualmente para o país a partir de 2005.<sup>3</sup> Já o principal exportador de motores do Paraná, a Tritec Motors, fechou um acordo com a China, que prevê a exportação de 170 mil motores ao país até 2005. No ano passado foram enviados 27 mil motores ao mercado chinês.<sup>4</sup>

Em síntese, a implantação e a operação das montadoras contribuíram de forma relevante para a ampliação e a diversificação das exportações paranaenses e para a consolidação do quarto lugar entre os estados exportadores. Tanto é assim que o gênero tornou-se o segundo grupo mais importante na pauta estadual de exportação, perdendo apenas para o complexo soja.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DO SEGMENTO AUTOMOTIVO - 1990-2003

PRODUTO	VALOR (US\$ mil FOB)						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Automóveis	9	-	2	49	67	-	-
Chassis e carrocerias p/autoveículos comerciais	934	2 277	2 354	6 798	8 641	11 220	9 478
Motores p/autoveículos	109	1 061	1 496	4 124	5 447	4 229	206
Autopeças <sup>(1)</sup>	11 642	14 306	29 924	72 717	117 314	130 948	158 072
Tratores	11 155	7 935	31 154	16 206	31 038	31 187	59 557
Autoveículos comerciais leves e pesados	32 506	39 852	50 613	76 928	39 544	26 831	21 213

  

PRODUTO	VALOR (US\$ mil FOB)						
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Automóveis	-	9	47 817	582 646	772 224	702 292	656 812
Chassis e carrocerias p/autoveículos comerciais	22 267	35 213	25 037	78 188	49 990	23 323	64 953
Motores p/autoveículos	1 425	28 420	33 226	42 312	159 527	266 555	348 529
Autopeças <sup>(1)</sup>	146 307	130 270	116 107	128 910	105 053	112 561	142 775
Tratores	88 118	70 173	38 015	41 702	46 922	66 916	102 512
Autoveículos comerciais leves e pesados	55 558	19 995	32 634	37 769	20 033	28 374	30 331

FONTES: MDIC/SECEX, IPARDES - Tabulações Especiais

(1) Compreende a subseção 8708, mais a classificação 8413300200, no caso da NBM, e 84133020, no caso da NCM.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DO SEGMENTO AUTOMOTIVO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO - 2001-2003

PAÍS	2003		2002		2001	
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)
Estados Unidos	482 028	33,22	615 601	48,45	626 195	51,78
Reino Unido	205 024	14,13	188 633	14,84	92 768	7,67
Argentina	143 616	9,90	46 614	3,67	140 009	11,58
México	115 701	7,97	151 708	11,94	106 252	8,79
Alemanha	80 682	5,56	51 666	4,06	46 667	16,33
Outros	423 557	29,18	216 236	17,02	197 435	16,32
TOTAL	1 450 608	100,00	1 270 458	100,00	1 209 326	100,00

FONTES: MDIC/SECEX, IPARDES - Tabulações Especiais

## NOTAS

<sup>1</sup>SILVA, Cleide. Produção da Tritec cresce graças ao sucesso do Mini. **O Estado de São Paulo**, 5 fev. 2004. Caderno Economia, p. B6.

<sup>2</sup>VOLKS vence concorrência mundial, **Folha de São Paulo**, 22 dez. 2003. Caderno Dinheiro, p. B5.

<sup>3</sup>OLMOS, Marli. Renault exportará para a França. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 nov. 2003. Caderno Empresas, p. B5.

<sup>4</sup>SILVA, p. B6.

# Governo Lula: do financismo ao espetáculo do crescimento

Gilmar Mendes Lourenço\*

É quase generalizada, nos meios econômicos, a interpretação, bastante conservadora, de que o primeiro ano do governo Lula, a despeito do descumprimento da maioria dos compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores (PT), teria sido caracterizado pela feita do possível, diante das limitações herdadas da gestão antecedente e da necessidade de demonstração, à comunidade financeira internacional, da ausência de riscos de prevalência de um populismo exacerbado que poderia culminar com a promoção de uma ruptura com o *status quo* financeiro e a decretação de moratória das dívidas do País, sobretudo a interna.

Na verdade, contrastando com a retórica de independência e de defesa dos interesses nacionais, manifestada em praticamente todas as suas incursões externas, como nos encontros preparatórios da rodada de Doha e da Alca, a operação interna do governo demonstrou forte faceta neoliberal, vinculada à economia financeira e à receita ortodoxa definida pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos e monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), centrada na montagem e permanente emprego de uma espécie de arsenal de confiança requerido para a obtenção do crédito externo.

Por esse prisma, a administração Lula manteve as linhas básicas da gestão anterior, marcada por uma postura submissa aos ditames do Consenso de Washington, instituídos em 1989, e impostos aos países emergentes durante os anos 90, especialmente a abertura comercial e financeira, em nome da superação do subdesenvolvimento e da pobreza, alternativamente ao modelo de mercado fechado pela via da industrialização por substituição de importações.

Do ponto de vista técnico, a estratégia de juros reais elevados e de câmbio valorizado representa o exemplo patético e prático desse tipo de subordinação. Ao adotar juros básicos reais três vezes acima da média dos emergentes com igual grau de risco, o Brasil mantém-se atrativo à corrente de recursos financeiros internacionais voláteis, que se hospedam nas carteiras de curto prazo dos bancos (fundos de renda fixa), destinadas à rolagem dos títulos da dívida pública interna (de baixo risco e elevado rendimento), e contribuem para a sobrevalorização da moeda nacional e para a inviabilização dos investimentos voltados às exportações. É prudente entender que juros primários de 16,5% ao ano para projeções anuais de inflação

inferiores a 6,0% representam remunerações efetivas bastante elevadas quanto cotejadas com os padrões dos principais centros financeiros mundiais.

Estudo preparado pela agência de classificação de risco *Standard & Poor's* constatou que o Brasil figura na quarta posição em gastos com juros em proporção do PIB, ficando atrás apenas de Jamaica, Turquia e Líbano, que consomem 15,0% do PIB, em uma amostra de 96 países.

Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), com base em dados do FMI para 146 países, revela que os juros cobrados do setor privado (consumidores e empresas) no Brasil são os maiores entre as economias emergentes, devido à reduzida concorrência existente entre as instituições financeiras e à elevada taxa primária que remunera as aplicações referenciadas na rolagem dos papéis do governo.

A taxa média brasileira de 56,6% ao ano perde apenas para Angola (88,5% a.a.). Os juros prefixados brasileiros atingem quase 60,0% a.a., contra 15,6 a.a. na Indonésia, 12,5% a.a. na Rússia, 11,5% a.a. na África do Sul, 11,5% a.a. na Índia, 9,8% a.a. em Israel, 9,5% a.a. na Alemanha, 9,2% a.a. nas Filipinas, 6,6% a.a. na Grécia, no México e na França, 6,1% a.a. na Coreia, 4,5% a.a. no Canadá, 4,0% a.a. nos Estados Unidos, e 1,8% a.a. no Japão.

Nessas circunstâncias, a taxa de juros tem o poder de manter a estabilidade de preços, à custa de diminuição da demanda agregada (consumo, investimento e gasto público) e de ampliação da carga de impostos, requeridas para o ajuste fiscal, e do comprometimento do equilíbrio da taxa de câmbio e da captação intertemporal de poupança externa.

As contradições implícitas nessa forma de submissão podem ser encontradas nas experiências mexicana, brasileira e argentina dos anos 90. México, Brasil e Argentina exibiram tecnicamente a condição de quebrados em 1994, 1999 e 2001, respectivamente, depois de terem sido considerados exemplos de êxito na adoção da cartilha do FMI.

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Professor da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Em contraposição, os países asiáticos fixam suas taxas de juros em patamares extremamente reduzidos, o que lhes permite perseguir rigorosa disciplina fiscal e manter taxas de câmbio competitivas, por meio de calibradas desvalorizações e inclusive o estabelecimento de controles nas entradas de capitais externos. Na pura macroeconomia, com juros baixos e câmbio alto, os asiáticos estariam reduzindo o consumo e incrementando a poupança interna, garantindo crescimento acelerado com forte componente tecnológico, em linha divergente do receituário convencional que condiciona o crescimento econômico de um país à sua capacidade de captação e acumulação de poupança externa.

Na realidade, com uma política de câmbio depreciado, os asiáticos contribuem de forma relevante para o financiamento dos déficits em conta corrente do resto do mundo, notadamente dos EUA, em face do alcance de megasuperávits comerciais que propiciam, de maneira sincronizada, a aquisição de moeda forte, o aumento das reservas internacionais, a estabilização cambial em níveis desvalorizados e a elevação da poupança doméstica.

---

*Os episódios positivos verificados até janeiro de 2004 justificariam a deflagração de uma reviravolta na orientação macroeconômica brasileira*

---

No caso do Brasil, é evidente que os episódios verificados até janeiro de 2004 traduziriam alteração radicalmente positiva no ambiente econômico, favorecendo a deflagração de uma reviravolta na orientação macroeconômica. Dentre eles sobressaem a negociação dos C-Bonds, principais papéis da dívida externa do País, acima de 100% de seu valor de face, o declínio do risco-país para cerca de 400 pontos – o menor patamar desde outubro de 1997, coincidindo com o ápice da crise asiática –, a emissão de títulos brasileiros de 30 anos no exterior com taxa de 8,75% ao ano, a venda de Letras do Tesouro Nacional com vencimento em 2005 remuneradas abaixo de 15,0% ao ano e a valorização recorde das bolsas de valores e os saldos comerciais também recorde.

Contudo, é preciso imputar parte expressiva dos resultados, especificamente na área de comércio exterior, à recessão interna e à combinação entre a recuperação da economia mundial e dos preços das *commodities* (impulsionados pelo *mix* entre demanda asiática e quebra de safra nos EUA) e os efeitos defasados da desvalorização cambial ocorrida em 2002. Só o agronegócio registrou exportações de US\$ 30,6 bilhões em 2003 contra US\$ 24,8 bilhões em 2002, e importações de US\$ 4,7 bilhões frente aos US\$ 4,4 bilhões de 2002, resultando em saldo comercial de US\$ 25,8 bilhões diante dos US\$ 20,3 bilhões de 2002, respondendo por praticamente todo o saldo brasileiro (US\$ 24,8 bilhões).

No final das contas, o País teve que conviver com impulsão do desemprego, do endividamento das empresas e da carga tributária e com queda do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores e da capacidade de investimento público e privado. Esses constrangimentos explicam a queda de 0,2% do PIB brasileiro em 2003, a maior desde 1992, ano do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Segundo o IBGE, entre 1994 e 2003 o PIB total e *per capita* do País observaram incrementos de 2,4% a.a. e 1,0% a.a., respectivamente.

A diminuição do PIB só não foi mais acentuada devido à expansão da agropecuária (5,0%) e dos ramos mais articulados às exportações, pois os setores industrial e de serviços acusaram decréscimos de 1,0% e 0,1%, respectivamente. A performance negativa da indústria foi determinada pela redução do PIB da construção civil (-8,6%), dado que os demais subsectores exibiram taxas positivas. Já pela observação da demanda agregada, ocorreram reduções nos componentes investimento (-6,6%) e consumo das famílias (-3,3%). No caso do investimento foi o segundo declínio consecutivo e o terceiro superior a 6,0% desde 1992. Quanto ao consumo, a queda foi a maior desde 1990.

Por uma ótica mais desagregada, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o faturamento real industrial do País cresceu 0,5% em 2003, o pior desempenho desde 1998. Já conforme a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, a produção industrial do País registrou variação de apenas 0,3% no ano, puxada pela fabricação de bens intermediários (1,6%) vinculada à demanda internacional, pois o segmento de bens de consumo acusou queda de 4,0%.

Com tendência semelhante, o contingente empregado e a folha de salários reais no setor industrial, e as vendas do comércio varejista do País observaram redução de 0,5%, 3,8% e 3,7%, respectivamente, em 2003, conforme pesquisa do IBGE.

Já a taxa de desemprego do País subiu de 11,7% da população economicamente ativa (PEA), em 2002, para 12,3%, em 2003, e o rendimento real médio dos trabalhadores decresceu 12,5%. Alterações metodológicas introduzidas na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE permitiram a comparação dos resultados para o intervalo março-dezembro. O que importa é que o declínio dos salários vem ocorrendo desde 1998, praticamente anulando os ganhos de poder aquisitivo auferidos com os efeitos iniciais do Plano Real.

Fenômeno semelhante vem sendo identificado pelos levantamentos da Fundação Seade/Dieese. A taxa de desemprego média na Região Metropolitana de São Paulo atingiu 19,9% da PEA em 2003, recorde desde 1985, quando a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) teve início, contra 19,0% em 2002, acompanhada de queda de 6,4% na renda dos trabalhadores.

Não obstante a retração da demanda interna, especialmente do consumo, levantamento da Serasa revela que a inadimplência das pessoas físicas cresceu 5,2% em 2003. O indicador Serasa agrega a condição

de atraso em todos os meios de pagamentos da economia, com destaque para devolução de cheques, protesto de títulos, débitos vencidos com instituições financeiras, empresas de varejo e cartões de crédito.

De acordo com cálculos da MS Consult, o endividamento dos consumidores brasileiros, estimado com base no volume das operações de crédito para as pessoas físicas, compromete 94,0% de seus rendimentos nos próximos seis meses, patamar praticamente igual ao registrado em 2001 e 2002 (93,0%) e três meses maior que o verificado em 1995 (33,0%), no começo do real.

Adicionalmente, por uma observação mais estrutural, é possível constatar a articulação entre a demanda das economias avançadas, sobretudo dos EUA, e a das especializadas em exportações de matérias-primas e alimentos, viabilizada pelo acelerado processo de industrialização da China e dos países do Sudeste da Ásia, centrado em objetivos de geração de vultosos superávits comerciais.

Concretamente, o *boom* asiático, acrescido dos juros internacionais reduzidos, vem se encarregando de promover um deslocamento da demanda global na direção dos produtores e exportadores de *commodities*, resultando na elevação das cotações. Ao mesmo tempo, a sobrecapacidade de produção da categoria de manufaturados permite o delineamento inclusive de cenários de deflação. Embora o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) tenha subido 1,9% nos EUA em 2003, a menor elevação em dois anos, o núcleo do índice, que exclui alimentos e energia, aumentou apenas 1,1%, a menor variação em 43 anos. Frise-se que o núcleo do IPC é a principal referência para as decisões monetárias tomadas pelo Federal Reserve (FED).

Já no campo financeiro, os indicadores do País refletem o incipiente fenômeno de expansão da liquidez nos mercados internacionais, estritamente atrelado ao frágil ciclo da economia norte-americana, sustentado na concatenação entre a desvalorização do dólar e a valorização do euro e na impulsão da posição devedora dos EUA, sincronia que pode ser desmanchada por uma nova elevação dos juros naquele país, atualmente em 1,0% ao ano, voltada a sufocar prováveis focos inflacionários. Tal medida provocaria um rearranjo regional das aplicações, desestimulando a procura dos investidores por papéis dos emergentes.

As suspeitas de debilidade da reação da economia americana podem ser confirmadas pela desaceleração do ritmo de evolução do PIB no final de 2003, despencando de uma expansão anualizada de 8,2% no terceiro trimestre para 4,0% no quarto trimestre. Para o ano de 2003 fechado, o crescimento do PIB dos EUA foi de 3,1% contra 2,2% em 2002. Para 2004, os analistas financeiros projetam incremento superior a 4,0% puxado pelo consumo e pelas compras governamentais vinculadas às eleições presidenciais.

Assim, as emissões de bônus pelo setor privado (bancos e empresas) brasileiro no exterior superaram o montante de US\$ 16,0 bilhões em 2003, contra US\$ 1,33 bilhão em 2002 e US\$ 14,5 bilhões em 1996. Ao todo,

empresas e bancos brasileiros captaram US\$ 23,7 bilhões no exterior em 2003 contra US\$ 9,3 bilhões em 2002, conforme levantamentos da Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid).

Nessa linha, o prazo médio das captações externas elevou-se de dez meses para quase 70 meses, sendo que empresas como Telemig Celular Participações, Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobras e Vale do Rio Doce vêm conseguindo realizar operações de venda de bônus com prazos de vencimento de cinco, dez, quinze e trinta anos, respectivamente.

Outro ponto que se destaca na emissão de papéis correspondeu à ampliação da presença das empresas não financeiras de 20,0% para 43,0% do volume total entre janeiro e dezembro de 2003, atestando o aumento da confiança externa na economia brasileira e a menor preocupação dos investidores com os ganhos de arbitragem, determinados pela taxa paga na captação dos recursos e aquela cobrada no mercado financeiro local.

Contudo, há que se atentar para o fato de que a vulnerabilidade externa do País permanece elevada. De acordo com estimativas do Banco Central, há uma apreciável concentração de vencimentos da dívida externa brasileira em 2004, representando amortizações de cerca de US\$ 45,0 bilhões, sendo US\$ 27,2 bilhões débitos da iniciativa privada.

---

*A maior resistência brasileira a uma reversão do quadro de abundância de recursos depende da consolidação dos fundamentos macroeconômicos do País*

---

Por isto, a maior resistência brasileira a uma reversão do quadro de abundância de recursos depende da consolidação dos fundamentos macroeconômicos, com ênfase para a perseguição de um esforço fiscal voltado tanto à redução da relação dívida/PIB quanto à recuperação da capacidade de gasto e de investimento público, barateamento do custo e a expansão do crédito ao consumo e ao investimento, e a definição de um marco regulatório transparente.

Isto porque, o lado real da economia, retratado pelo comportamento cadente e/ou estagnado das variáveis emprego, salários, produção industrial e vendas do comércio, ainda não reflete o otimismo reinante no mercado financeiro. O descompasso de tempo e velocidade entre flexibilização monetária e reativação econômica é justificado de forma tradicional pelo retardo temporal entre a bonança financeira, ladeada pela redução dos juros, e a recuperação dos negócios, especialmente dos níveis de emprego, requerido para o convencimento da iniciativa privada quanto à perenidade da reativação econômica.

Entretanto, tal idéia deve ser relativizada em um ambiente de inserção do País na dinâmica econômica mundial centrada na globalização produtiva e financeira e na radical reestruturação das formas de gestão e dos métodos de produção das empresas, reduzindo drasticamente o coeficiente de geração de emprego por unidade de capital investido e incorporando exigências qualitativas na demanda por mão-de-obra, principalmente em termos de educação e capacitação profissional.

Segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entre 1995 e 2003 foram eliminados mais de 673 mil postos de trabalho na indústria paulista, pois o contingente ocupado no setor diminuiu de 2,2 milhões para 1,526 milhão em nove anos, em razão da conjugação entre restrições de natureza conjuntural e estrutural.

Enquanto as limitações conjunturais e/ou circunstanciais repousam no gerenciamento da estabilização pela dobradinha câmbio baixo e juros altos, na crise argentina, no apagão de 2001 e nas incertezas eleitorais de 2002, os constrangimentos estruturais abarcam a substituição de produção doméstica por importações, os impactos da abertura comercial pouco criteriosa, a valorização artificial da taxa de câmbio e os ganhos de produtividade auferidos pela introdução de alterações tecnológicas e de gestão nas empresas, além da proliferação das terceirizações.

No mesmo sentido, pesquisa realizada pelo Grupo de Indústria e Competitividade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constatou a criação líquida de 3,24 milhões de empregos no Brasil entre 1990 e 2001, montante pouco expressivo diante do incremento anual da população economicamente ativa (PEA), superior a 1,5 milhão de pessoas.

O estudo da UFRJ verificou que, no intervalo em pauta, enquanto a demanda doméstica e as exportações proporcionaram 11,97 milhões e 3,59 milhões de vagas, respectivamente, a introdução do progresso técnico e a elevação das importações (ligada à abertura comercial) eliminaram 10,76 milhões e 1,55 milhão de postos de trabalho, respectivamente.

Outro complicador da situação macroeconômica do País corresponde à parte fiscal. Apesar do superávit primário de R\$ 66,2 bilhões em 2003, ou 4,32% do PIB, superior ao teto acordado com o FMI (4,25% do PIB) e ao resultado de 2002 (3,89% do PIB), a dívida líquida do setor público brasileiro somou R\$ 913,0 bilhões no final do ano, o equivalente a 58,2% do PIB, contra 55,5% em 2002. Isto porque os encargos das dívidas consumiram R\$ 145,00 bilhões, ou 9,5% do PIB, contra 114,0 bilhões em 2002, ou 8,5% do PIB.

A dívida pública mobiliária federal atingiu a cifra de R\$ 731,4 bilhões em dezembro de 2003, registrando variação de 17,4%, segundo acompanhamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tal crescimento deriva fundamentalmente da elevação da taxa básica de juros.

Entretanto, a STN verificou avanços na administração da dívida, atestados pela diminuição da participação dos títulos cambiais de 37,0% para 22,0%

do total, em face da apreciação cambial e da ofensiva de resgates de papéis atrelados ao câmbio empreendida pelo Banco Central, pela redução do peso dos títulos de curto prazo (vencimento em até doze meses), também no total, de 41,1% para 35,3% no mesmo intervalo, demonstrando um alongamento dos prazos de resgate, e pela ligeira ampliação dos papéis prefixados de 2,2% para 12,5% do montante.

---

*O governo Lula segue à risca os princípios da doutrina conservadora centrada na transferência de renda dos agentes produtivos para os rentistas do sistema econômico*

---

Pelo menos por enquanto, o governo Lula segue à risca os princípios da doutrina conservadora, centrada no controle inflacionário via apreciação cambial e na transferência de renda dos agentes produtivos para os rentistas do sistema econômico. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência para os acordos com o FMI, alcançou 9,3% em 2003, puxada pelas tarifas públicas, dentro da meta estabelecida: 8,5% com faixa de variação 2,5%.

A par disso, enquanto a taxa Selic recuou 21,26% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003 (de 25,0% ao ano para 16,5% a.a.), os juros médios mensais cobrados das pessoas físicas caíram apenas 7% em idêntico intervalo, confirmando a preservação das margens auferidas pelos agentes financeiros entre a captação e o empréstimo dos recursos.

As autoridades econômicas deveriam aproveitar a onda financeira mundial favorável e perseguir de forma mais audaciosa a diminuição da vulnerabilidade externa do País, mediante a intensificação da compra de dólares para recomposição do estoque de reservas, a substituição dos títulos públicos indexados ao dólar e a instituição de tributação e de prazos mínimos de permanência dos capitais voláteis dirigidos ao Brasil.

A propósito da acumulação de reservas, em dezembro de 2003, o Banco Central do Brasil decidiu, com retardo temporal superior a um ano, pela realização de aquisições de divisas estrangeiras com tal objetivo. Ainda assim, tais operações terão como contrapartida o incremento na dívida pública, dada a necessidade de emissão de títulos para esterilizar a quantidade de reais trocadas pelos dólares.

O Brasil fechou o exercício de 2003 com reservas brutas (incluindo os recursos disponibilizados pelo FMI) em montante inferior a US\$ 50,0 bilhões, contra os quase US\$ 390,0 bilhões da China, US\$ 200,0 bilhões de Taiwan, US\$ 140,0 da Coreia do Sul, US\$ 100,0 bilhões de Hong Kong e US\$ 90,0 bilhões de Cingapura e da Índia.

Lembre-se que, ao contrário do Brasil, os bancos centrais daqueles países aproveitaram a situação de folga

de liquidez externa para elevar seus estoques de moeda forte, preservar a competitividade de suas exportações via câmbio e destinar os capitais excedentes ao mercado norte-americano, por meio da realização de aplicações em papéis do tesouro norte-americano, financiando os déficits gêmeos (fiscal e em transações correntes) e a recuperação da economia dos EUA.

Já a conduta brasileira, em linha oposta à dos emergentes, provocou apreciação do real superior a 25% e 18% em relação ao dólar e à cesta de moedas dos dez principais parceiros comerciais do País, respectivamente.

Em grande medida, esse tipo de engenharia financeira mundial remonta os anos 80 e 90, tendo sido acompanhado por transformações nas estratégias de investimento direto e de comércio das companhias dominantes, com ênfase para a intensificação das relações intrafirmas e do *global sourcing*, favorecendo o desempenho dos asiáticos, principalmente da China.

Concretamente, por um ângulo regional, desde os anos 80 percebeu-se a tendência de conformação de dois tipos de inserção na dinâmica globalizada (produtiva e financeira). De um lado, surgiram os países que priorizaram estratégias de ampliação do espaço competitivo via comércio externo e atração de IDEs para os segmentos internos prejudicados pela abertura dos mercados e, de outro, emergiram nações que viabilizaram a integração pela abertura comercial e, principalmente, financeira.

Nesse contexto, o grande complicador, de acordo com estatísticas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), reside no fato de que enquanto o fluxo global de investimento direto estrangeiro (IDE) permaneceu no mesmo patamar nos últimos dois anos (US\$ 650,0 bilhões), os aportes na América Latina vêm declinando há quatro anos, passando de US\$ 108,0 bilhões em 1999 para US\$ 42,0 bilhões em 2003.

Tal queda decorreu da exaustão e/ou interrupção do ciclo de privatizações e dos processos de fusões e aquisições no México, na Argentina e no Brasil, da desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial (e da conseqüente queda da lucratividade das empresas) e da transferência de plantas de corporações multinacionais para regiões com menores custos de produção, especialmente Índia e China, que absorveram, em 2003, 58,0% e 31,0% dos IDEs dirigidos aos países emergentes da Ásia e aos países em desenvolvimento, respectivamente. No Brasil, os IDEs em 2003 (US\$ 10,14 bilhões) representaram o pior resultado desde 1995 (ano da crise mexicana) e foram inferiores inclusive aos de 2002 (US\$ 16,59 bilhões).

Daí que, uma recuperação econômica mais consistente, que se traduza simultaneamente em sustentação do esforço exportador do País, mediante uma política comercial agressiva de consolidação de tradicionais e de conquista de novos mercados, em substituição competitiva de importações e em melhora relevante no mercado de trabalho, requer urgente destrave das decisões de investimento.

Para tanto, são cruciais a execução de uma adequada estratégia industrial e de promoção comercial, a amenização da carga tributária incidente sobre a produção e o consumo, a realização de novas rodadas de cortes dos juros, sobretudo naqueles pagos por consumidores e empresas, a perseguição de taxas cambiais competitivas e o estímulo ao fortalecimento de um mercado de capitais capaz de representar relevante vetor de financiamento dos projetos em ampliação e modernização da capacidade produtiva e dos ramos com maior potencial de absorção de mão-de-obra, particularmente a construção civil.

Dentro dessa perspectiva é que deve ser encaixada a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na produção de máquinas e equipamentos, que, em vez de simples renúncia fiscal pontual e segmentada, contém elementos propagadores dinâmicos, pois os bens de capital representam quase 2/3 da formação bruta de capital da economia brasileira. A eliminação da cumulatividade na cobrança do PIS e da Cofins também atenderia aos requisitos de simplificação e redução da carga, não fosse a elevação da alíquota da Cofins, que passou de 3,0% para 7,6%, o que deve comprometer a eficiência e as margens das cadeias produtivas menos densificadas.

Até aqui, providências pontuais, como a redução do IPI para a indústria automobilística, a autorização de empréstimos via folha de pagamentos e algumas linhas de crédito especiais, revelam reduzida capacidade para eliminar os fatores de perturbação à elevação sustentada da taxa de investimento no País.

Por certo, se a instabilidade política atual - deflagrada pela multiplicação de evidências de envolvimento do ex-assessor do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, com a comunidade de bicheiros e bingueiros, visando à cobertura financeira de campanhas eleitorais - provocar a acentuação do enfraquecimento político do governo Lula e a ampliação da influência dos apoios não ideológicos, como os do PMDB, parece razoável supor a permanência do conservadorismo econômico em 2004 e da sua grande meta: o desemprego.

# Pesquisa Mensal de Emprego na Região Metropolitana de Curitiba: avaliação dos resultados de 2003

Ciro César Barbosa\* e Sachiko Araki Lira\*\*

O objetivo desta nota é fazer um comparativo dos principais indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) entre os dois semestres do ano de 2003 e o mês de dezembro de 2003 em relação a dezembro de 2002.

A população em idade ativa (PIA) foi estimada em 2.261 mil pessoas no segundo semestre<sup>1</sup> de 2003. Comparativamente ao primeiro semestre<sup>2</sup>, houve acréscimo de 1,5%. Já a comparação do mês de dezembro de 2003 em relação a dezembro de 2002 indica que o acréscimo foi de 3,4%, representando mais 58 mil pessoas com idade superior a 10 anos, na RMC.

Contudo, a população economicamente ativa (PEA) cresceu 2,3% no segundo semestre em relação ao primeiro, superior ao crescimento da PIA, indicando aumento de 30 mil pessoas no mercado de trabalho, sendo que o número de pessoas ocupadas cresceu 43 mil e o de desempregadas decresceu 13 mil. A população não economicamente ativa apresentou aumento de 4 mil pessoas na mesma comparação.

Comparando o mês de dezembro de 2003 em relação a dezembro de 2002, o crescimento da PEA foi de 3,5%, ou seja, 46 mil pessoas, sendo que, destas, 41 mil pessoas eram na condição de ocupadas (crescimento de 3,3%) e 4 mil pessoas na condição de desocupadas (crescimento de 4,8%) - tabela 1.

## Desemprego

A taxa de desemprego média do segundo semestre foi de 8,4%, inferior à do primeiro semestre, de 9,5%. A taxa de desemprego média do ano de 2003 ficou em 8,9%. O número médio de desempregados no segundo semestre foi de 113 mil, inferior ao do primeiro semestre (126 mil pessoas). Comparando-se o mês de dezembro de 2003 em relação ao mês de dezembro de 2002, houve acréscimo de 4 mil desempregados (tabelas 1 e 2).

Do total de pessoas desempregadas no segundo semestre, 47,6% eram do gênero masculino e 52,4% do feminino. As taxas de desemprego foram de 7,1% e

10,0%, respectivamente. No primeiro semestre, as taxas de desemprego dos homens e das mulheres foram 8,1% e 10,9%, respectivamente.

Houve redução, também, na taxa de desemprego dos responsáveis pela família, tendo sido de 5,3% no primeiro semestre, passando para 4,6% no segundo. O mesmo ocorreu com a taxa de desemprego dos outros membros da família, que de 13,4%, no primeiro semestre, passou para 11,9% no segundo.

A análise da distribuição percentual das pessoas desempregadas indicou que no segundo semestre houve aumento daquelas com 11 anos ou mais de estudo, de 40,5% para 42,1%, e também das pessoas sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo, de 29,0% para 29,7%. Já a participação das pessoas com 8 a 10 anos de estudo apresentou redução, de 30,5% para 28,2%.

Com relação ao tempo de procura de trabalho, houve aumento no número de pessoas com procura de trabalho entre 7 meses a menos de 2 anos, no segundo semestre (28,0%), sendo que no primeiro semestre este havia sido de 21,9%. Por outro lado, o número de pessoas com até 6 meses de tempo de procura de trabalho apresentou redução, passando de 69,4%, no primeiro semestre, para 62,4%, no segundo.

## Ocupação

A análise da distribuição da população ocupada indica que o grupo "indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água" manteve-se constante em relação ao primeiro semestre deste ano, enquanto os grupos

\*Economista, Coordenador do Projeto Pesquisa Mensal de Emprego.

\*\*Estatística, mestre em Ciências na área de Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR, e atualmente Diretora do Centro Estadual de Estatística.

“construção civil” e “serviços domésticos” apresentaram acréscimo em termos de participação, passando, respectivamente, de 7,9% no primeiro semestre para 8,3% no segundo semestre, e de 6,7% para 7,6%. O grupo “comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis” teve acréscimo de 0,5 ponto percentual, representando 16 mil pessoas. O grupo “intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas” apresentou acréscimo de 7 mil pessoas, mostrando pequeno aumento em relação ao primeiro semestre. Já o grupo “administração pública, seguro social, educação, saúde e serviços sociais” apresentou decréscimo na participação, passando de 15,8%, no primeiro semestre, para 14,5%, no segundo, o que representa redução de 15 mil pessoas (tabela 3).

A análise da distribuição da população ocupada quanto à posição na ocupação indica que a categoria dos empregados com carteira assinada manteve-se praticamente constante, quando se comparam os dois semestres. Contudo, em número absoluto, houve acréscimo de 22 mil pessoas nesta condição, enquanto o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 4,8% (17 mil pessoas), e o de trabalhadores por conta própria manteve-se praticamente constante. Já o número de empregadores decresceu 13,4% (8 mil pessoas) - tabela 4.

A distribuição das pessoas ocupadas segundo gênero não indicou diferenças significativas, na comparação entre os semestres. A participação das pessoas do gênero masculino era de 56,5% no primeiro semestre, passando para 56,9% no segundo, e a participação das pessoas do sexo feminino passou de 43,5% para 43,2%.

O tempo médio de permanência no trabalho principal também não teve alteração, tendo sido de 6,3 anos tanto no primeiro semestre quanto no segundo, sendo que 50% das pessoas ocupadas permaneceram até 2,4 anos no trabalho principal.

## Rendimento

O rendimento médio real<sup>3</sup> habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no primeiro semestre foi de R\$ 852,35, havendo um pequeno decréscimo no segundo semestre, em que o rendimento foi de R\$ 802,32. Já na comparação anual (dez. 2003/dez. 2002) houve decréscimo de 6,8%. Todas as categorias de ocupação tiveram redução em seus rendimentos médios na comparação entre o primeiro e segundo semestres. Os

empregados com carteira de trabalho assinada tinham o rendimento médio de R\$ 759,02, que passou a ser de R\$ 747,68 no segundo semestre; os empregados sem carteira assinada recebiam em média R\$ 473,08 e passaram a receber em média R\$ 443,53; quanto aos trabalhadores por conta própria, de R\$ 758,55 passaram a receber R\$ 752,43; e os empregadores, de R\$ 2.045,86 passaram a receber R\$ 2.137,20.

Considerando-se os grupos de atividade, os que apresentaram aumento nos rendimentos médios na comparação entre os semestres foram: construção civil, de R\$ 628,51 para R\$ 704,01, e serviços domésticos, de R\$ 280,64 para R\$ 297,07. Já os grupos que tiveram redução foram: indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água, de R\$ 837,50 para R\$ 816,04; comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis, de R\$ 755,30 para R\$ 731,68; intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, de R\$ 1.174,97 para R\$ 1.152,37; e outros serviços, de R\$ 778,38 para R\$ 736,08.

## Demais Regiões Metropolitanas

Analisando as demais regiões metropolitanas em que é realizada a PME, a RMC apresentou a menor taxa de desemprego no ano de 2003. As taxas médias de desemprego do primeiro semestre foram: Belo Horizonte (10,6%), Curitiba (9,5%), Porto Alegre (9,5%), Recife (13,4%), Rio de Janeiro (9,1%), Salvador (16,4%), e São Paulo (14,0%). As do segundo semestre foram: Belo Horizonte (11,0%), Curitiba (8,4%), Porto Alegre (9,5%), Recife (14,1%), Rio de Janeiro (9,3%), Salvador (17,0%), e São Paulo (14,2%). No ano de 2003 as taxas médias de desemprego são as que se seguem: Belo Horizonte (10,8%), Curitiba (8,9%), Porto Alegre (9,5%), Recife (13,8%), Rio de Janeiro (9,2%), Salvador (16,7%), e São Paulo (14,1%). A taxa média nacional foi de 12,2% no primeiro semestre e de 12,5% no segundo; a taxa média anual foi de 12,3%.

Em relação ao rendimento médio real<sup>4</sup> habitualmente<sup>5</sup> recebido pelas pessoas ocupadas, todas as regiões metropolitanas apresentaram queda na comparação anual (dez. 2003/dez. 2002), sendo que as maiores perdas no rendimento médio ocorreram nas regiões metropolitanas de São Paulo (18,0%), Rio de Janeiro (15,6%) e Recife (15,2%). As demais regiões metropolitanas também mostraram queda, porém menores: Belo Horizonte (7,1%), Curitiba (6,8%), Porto Alegre (5,4%) e Salvador (5,0%).

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, DESOCUPADA E PROCURANDO TRABALHO, E DA POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NA RMC - DEZEMBRO 2002-DEZEMBRO 2003

PERÍODO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1 000 pessoas)				
	TOTAL	População Economicamente Ativa			População Não Economicamente Ativa
		Total	População Ocupada	Pop. Desocupada e Procurando Trabalho (30 dias)	
2002					
Dezembro	2.203	1.315	1.232	84	887
2003					
Janeiro	2.214	1.318	1.215	103	896
Fevereiro	2.227	1.315	1.197	119	912
Março	2.231	1.320	1.188	132	911
Abril	2.232	1.329	1.201	128	904
Maiο	2.232	1.345	1.208	137	886
Junho	2.223	1.338	1.202	136	885
Média Jan.-Jun. 03	2.227	1.328	1.202	126	899
Julho	2.233	1.345	1.207	138	888
Agosto	2.248	1.339	1.227	112	909
Setembro	2.265	1.356	1.242	114	909
Outubro	2.267	1.373	1.255	117	894
Novembro	2.273	1.375	1.265	110	897
Dezembro	2.279	1.361	1.273	88	918
Média Jul.-Dez.	2.261	1.358	1.245	113	903
Variação Anual (%)					
Dez.03/Dez.02	3,4	3,5	3,3	4,8	3,5

FONT E: PME-IPARDES/IBGE

TABELA 2 - TAXAS DE ATIVIDADE, DE OCUPAÇÃO E DE DESEMPREGO, NA RMC - DEZEMBRO 2002-DEZEMBRO 2003

PERÍODO	TAXA DE ATIVIDADE (%)	TAXA DE OCUPAÇÃO <sup>(1)</sup> (%)	TAXA DE DESEMPREGO (TAXA DE DESOCUPAÇÃO) <sup>(2)</sup> (%)
2002			
Dezembro	59,7	93,6	6,4
2003			
Janeiro	59,5	92,2	7,8
Fevereiro	59,1	91,0	9,0
Março	59,2	90,0	10,0
Abril	59,5	90,4	9,6
Maiο	60,3	89,8	10,2
Junho	60,2	89,8	10,2
Média Jan.-Jun 03	59,6	90,5	9,5
Julho	60,2	89,7	10,3
Agosto	59,6	91,6	8,4
Setembro	59,9	91,6	8,4
Outubro	60,6	91,5	8,5
Novembro	60,5	92,0	8,0
Dezembro	59,7	93,5	6,5
Média Jul.-Dez.	60,1	91,7	8,4
Variação Anual (%)			
Dez.03/Dez.02	0,0	-0,1	1,6

FONT E: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência: semana.

(2) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE, NA RMC - DEZEMBRO 2002-DEZEMBRO 2003

PERÍODO	POPULAÇÃO OCUPADA (%)									
	TOTAL	Ind. Ext. e de Transf., e Prod. e Dist. de Eletr., Gás e Água <sup>(1)</sup>	Constituição Civil	Com., Rep. Veic. Aut. e de Obj. Pes. e Dom. e Com. Varej. de Comb. <sup>(2)</sup>	Intermediação Financ. e Ativ. Imob., Alug. e Serv. Prest. à Emp. <sup>(3)</sup>	Adm. Públ., Defesa, Seg. Social, Educ., Saúde e Serv. Sociais <sup>(4)</sup>	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Outras Atividades <sup>(5)</sup>	
2002										
Dezembro	100,0	19,0	11,0	21,6	10,3	13,3	7,0	15,8	1,9	
2003										
Janeiro	100,0	18,9	8,5	21,2	11,9	14,8	6,7	16,3	1,6	
Fevereiro	100,0	19,4	8,5	21,7	11,0	15,3	6,2	16,2	1,7	
Março	100,0	18,6	7,4	22,3	12,2	15,8	6,5	16,0	1,2	
Abril	100,0	19,3	7,9	19,9	11,8	16,6	6,7	16,2	1,5	
Maió	100,0	19,1	7,3	21,1	11,7	15,9	7,1	16,5	1,4	
Junho	100,0	19,3	7,7	19,9	12,3	16,4	7,0	16,4	1,1	
Média Jan.-Jun. 03		19,1	7,9	21,0	11,8	15,8	6,7	16,3	1,4	
Julho	100,0	18,7	8,1	20,4	12,5	15,5	7,1	16,4	1,1	
Agosto	100,0	18,7	8,3	21,4	12,2	15,1	7,3	15,6	1,4	
Setembro	100,0	18,9	8,5	21,2	12,4	14,4	7,3	15,9	1,4	
Outubro	100,0	19,8	8,0	21,0	11,8	13,9	8,1	16,0	1,3	
Novembro	100,0	19,1	8,4	22,5	11,4	14,0	7,8	15,4	1,4	
Dezembro	100,0	18,5	8,7	22,3	11,7	13,9	7,8	15,7	1,4	
Média Jul.-Dez. 03		19,0	8,3	21,5	12,0	14,5	7,6	15,8	1,3	
Varição Mensal (%)										
Dez. 03/Dez.02	-	-2,9	-21,2	3,4	13,7	4,5	11,3	-0,8	-26,6	

Fonte: PME-IPARDES/IBGE

- (1) Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.  
 (2) Comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis.  
 (3) Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas.  
 (4) Administração pública, seguro social, educação, saúde e serviços sociais.  
 (5) Coeficiente de variação superior a 15%.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - DEZEMBRO 2002-DEZEMBRO 2003

PERÍODO	POPULAÇÃO OCUPADA (%)					
	Empregados			Conta Própria	Empregadores	Trabalhadores Não Remunerados (Conta Própria ou Empregadores) <sup>(3)</sup>
	Total <sup>(1)</sup>	Com Carteira Assinada <sup>(2)</sup>	Sem Carteira Assinada <sup>(2)</sup>			
2002						
Dezembro	70,9	46,9	17,9	20,6	7,6	0,8
2003						
Janeiro	71,1	46,6	18,4	20,7	7,7	0,5
Fevereiro	70,3	47,6	16,4	22,1	6,9	0,7
Março	71,6	48,5	16,2	21,3	6,4	0,8
Abril	72,1	48,4	16,5	20,2	6,7	1,0
Maio	72,8	49,1	16,2	20,0	6,4	0,7
Junho	73,7	48,5	16,5	19,5	5,9	0,9
Média Jan.-Jun. 03	71,9	48,1	16,7	20,6	6,7	0,8
Julho	73,8	49,5	17,0	19,5	6,0	0,7
Agosto	73,4	48,3	18,1	19,5	6,2	0,9
Setembro	72,9	48,6	17,1	20,2	5,7	1,2
Outubro	71,9	48,3	17,0	21,1	5,7	1,2
Novembro	71,5	46,7	18,1	21,4	5,6	1,5
Dezembro	71,9	47,7	17,8	21,4	5,3	1,4
Média Ju.I.-Dez. 03	72,6	48,2	17,5	20,5	5,8	1,2
Varição Anual (%)						
Dez.03/Dez.02	1,4	1,7	-0,6	3,9	-30,3	75,0

FONTES: PME-IPARDES, IBGE

NOTA: Todos os percentuais são calculados em relação à população ocupada total.

(1) A soma das parcelas: com e sem carteira assinada, difere do total de empregados devido a outras posições na ocupação não apresentadas na tabela.

(2) Inclusive trabalhadores domésticos.

(3) Coeficiente de variação superior a 15%.

## NOTAS

<sup>1</sup>Média aritmética do período de julho a dezembro de 2003.

<sup>2</sup>Média aritmética do período de janeiro a junho.

<sup>3</sup>Inflator – INPC (IBGE). Valores em reais de dezembro de 2003.

<sup>4</sup>Inflator – INPC (IBGE). Valores em reais de dezembro de 2003.

<sup>5</sup>Rendimento mensal habitualmente recebido do trabalho é aquele que a pessoa habitualmente ganhava em um mês completo de trabalho. Excluem-se as parcelas que não tenham caráter contínuo mensal (bonificação anual, horas extras, 13º salário, adiantamento de parcela de 13º salário, etc.) e não se consideram os descontos ocasionais (faltas, parcela do 13º salário antecipada).

# O IPC em Curitiba no ano de 2003

Gino Schlesinger e Maria Luiza de Castro Veloso\*

O índice de inflação medido pelo IPC<sup>1</sup> do IPARDES no ano de 2003 foi de 6,46%, inferior ao de 2002 (12,02%).

O índice de 2002 foi fortemente influenciado pela incerteza do processo eleitoral, associada à fragilidade das contas externas brasileiras, que contribuíram para uma forte desvalorização cambial, que, por sua vez, elevou o índice de inflação daquele ano. Já o ano de 2003 foi marcado pela forte contração monetária e fiscal aplicadas pelo novo governo, com o intuito de reduzir a taxa de inflação e resgatar a credibilidade da política econômica.

No primeiro trimestre de 2003, ainda repercutiam os efeitos da desvalorização ocorrida no ano anterior. Desta forma, a taxa acumulada deste trimestre ficou em 3,72%, ou seja, pouco mais que a metade do índice total do ano de 2003. O maior destaque deste período foi o mês de janeiro (1,88%), alta recorde para um primeiro mês do ano.<sup>2</sup> No mês de março a inflação atingiu 1,19%, também o maior índice para este mês, desde o início da pesquisa. Destacaram-se, nestes três primeiros meses do ano, as altas nos itens educação (7,42%), gasolina (9,24%), pagamento de IPTU (2,76%) e tarifa de ônibus urbano (10%).

A partir de abril a inflação começou a cair, chegando, em junho, ao patamar negativo de 0,11%. Este processo de redução nas taxas se deve à revalorização cambial e ao aumento das taxas de juros promovido pelo Banco Central. Esses aspectos não só contribuíram para uma menor pressão sobre os preços, mas também permitiram a queda de alguns importantes itens de peso no IPC, como os combustíveis (-12,95%), a tarifa de ônibus urbano (-2,94%) e o tomate (-44,38%).

No mês de julho, início do terceiro trimestre, tem-se um índice praticamente estável (0,06%). Em agosto e setembro, o índice se estabiliza em 0,43%. É importante observar que a tradicional alta na tarifa de energia elétrica, que tem como data-base a última semana de junho, não ocorreu no ano de 2003. Embora a Aneel tenha autorizado a majoração dos preços da energia elétrica em 23,76%, a empresa concessionária que atua em Curitiba – Copel – decidiu por não aplicá-la. Devido ao elevado peso deste item no índice geral, este foi um fator que contribuiu para a relativa estabilidade dos preços neste trimestre. Outro

fator interessante foi a antecipação das liquidações de inverno, já no mês de julho, que levaram a uma queda de 2,05% no grupo Vestuário, acentuando-se esta queda no mês de agosto (4,29%).

No último trimestre do ano, observou-se uma redução no patamar da inflação, agora ao redor de 0,23% (outubro/novembro), caindo para um pequeno nível de deflação no mês de dezembro (-0,05%), fato jamais observado para um mês de dezembro. No último trimestre do ano o grupo Alimentos e Bebidas se destacou, pois apresentou alta de 0,76% em outubro, estabilidade absoluta em novembro (0,00%) e queda em dezembro (0,69%). Os principais itens responsáveis por essa performance foram: batata-inglesa (-10,10%) e açúcar refinado (-15,77%).

A seguir pode-se visualizar, pelas tabelas 1, 2 e 3, a evolução do índice mensal, bem como o desempenho e a influência de cada grupo e dos principais itens no índice geral de 2003.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 2003

MÊS	VARIAÇÃO (%)
Janeiro	1,88
Fevereiro	0,61
Março	1,19
Abril	0,87
Maiο	0,51
Junho	-0,11
Julho	0,06
Agosto	0,43
Setembro	0,43
Outubro	0,26
Novembro	0,21
Dezembro	-0,05

FONTE: IPARDES

Pode-se perceber, pela tabela 1, que o índice do IPC apresentou variações bem menores no segundo semestre, de modo que o valor acumulado para este período ficou em 1,35%, em comparação a um valor bem superior a 6,46% acumulado no ano.

\*Economistas, pesquisadores do IPARDES.

Dentre os grupos que compõem o índice, o de maior influência foi Transporte e Comunicação, com alta de 8,45%, contribuindo com 2,05 pontos percentuais no índice geral, ou seja, do índice total (6,46%) quase 33% deveu-se a este grupo. Em seguida, aparece o grupo Alimentos e Bebidas, com alta de 6,29% e contribuição de 1,25 ponto percentual. A menor influência (0,08 p.p.) foi do grupo Vestuário, que apresentou alta de 1,17%, como mostra a tabela 2.

A tabela 3, a seguir, revela os itens que mais contribuíram com alta e com baixa de preços na média do ano de 2003. Com alta, os destaques foram: automóvel de passeio e utilitário usado, automóvel de passeio nacional zero km, almoço e jantar (refeição), telefone residencial (serviços) e empregada doméstica. E, com queda, porém apresentando contribuições bem menores, tem-se: álcool combustível, açúcar refinado, batata-inglesa, ingresso para futebol e aparelho de tevê.

TABELA 2 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS/SERVIÇOS - ACUMULADO JAN-DEZ 2003

GRUPO	PONDERAÇÃO	VARIAÇÃO ACUM. (%)	CONTRIBUIÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
Alimentos e Bebidas	19,8946	6,29	1,25
Habitação	14,3802	5,91	0,85
Artigos de Residência	7,4764	3,81	0,29
Vestuário	6,7859	1,17	0,08
Transporte e Comunicação	24,4975	8,45	2,05
Saúde e Cuidados Pessoais	10,5239	7,63	0,79
Despesas Pessoais	16,4415	7,12	1,16
Índice Geral	100,0000	6,46	6,46

FONTE: IPARDES

NOTA: A classe de renda corresponde ao intervalo de 1 a 40 S.M.

TABELA 3 - ITENS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM NA APURAÇÃO DO IPC EM CURITIBA - JAN-DEZ 2003

PRODUTO	GRUPO	VARIAÇÃO (%)	CONTRIBUIÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
<b>Aumentos</b>			
1 Automóvel de Passeio e Utilitário Usado	Transporte e Comunicação	7,40	0,45
2 Automóvel de Passeio Nacional Zero km	Transporte e Comunicação	9,55	0,36
3 Almoço e Jantar - refeição	Alimentos e Bebidas	10,16	0,31
4 Telefone Residencial - serviços	Transporte e Comunicação	14,33	0,25
5 Empregada Doméstica	Despesas Pessoais	16,05	0,24
6 Condomínio	Habitação	11,20	0,23
7 Tarifa de Ônibus Urbano	Transporte e Comunicação	10,00	0,22
8 Plano de Saúde	Saúde e Cuidados Pessoais	11,68	0,21
9 Conserto de Veículos	Transporte e Comunicação	9,74	0,18
10 Seguro Voluntário de Veículo	Transporte e Comunicação	44,72	0,16
11 Energia Elétrica Residencial	Habitação	6,68	0,16
12 Tratamento Dentário	Saúde e Cuidados Pessoais	9,13	0,11
13 Água e Esgoto	Habitação	11,42	0,11
14 Tarifa de Ônibus Intermunicipal	Transporte e Comunicação	28,20	0,11
15 Cartório	Despesas Pessoais	39,52	0,11
<b>Quedas</b>			
1 Álcool (combustível)	Transporte e Comunicação	-10,67	-0,14
2 Açúcar Refinado	Alimentos e Bebidas	-28,56	-0,11
3 Batata-inglesa	Alimentos e Bebidas	-32,87	-0,11
4 Futebol (ingresso)	Despesas Pessoais	-39,17	-0,10
5 Televisão	Artigos de Residência	-9,80	-0,08
6 Excursão (não-escolar)	Despesas Pessoais	-10,70	-0,07
7 Agasalho feminino	Vestuário	-29,74	-0,07
8 Farinha de Trigo	Alimentos e Bebidas	-24,07	-0,07
9 Agasalho Infantil	Vestuário	-34,11	-0,06
10 Microcomputador	Artigos de Residência	-16,56	-0,06
11 Pão Francês	Alimentos e Bebidas	-3,83	-0,04
12 Agasalho Masculino	Vestuário	-18,14	-0,04
13 Conjunto Infantil	Vestuário	-28,00	-0,04
14 Vasodilatador	Saúde e Cuidados Pessoais	-7,38	-0,04
15 Conjunto Esportivo Infantil	Vestuário	-33,09	-0,04

FONTE: IPARDES

## NOTAS

<sup>1</sup>A população-alvo é composta pelas famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos do município de Curitiba. A ponderação de pesos de produtos e serviços utilizada foi obtida pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1996.

<sup>2</sup>O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é calculado pelo IPARDES desde janeiro de 1999.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

---

*Julio Takeshi Suzuki Júnior, \*\*Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff, Shelbert Braz\*\*\**

---

## AGROINDÚSTRIA

### Cooperativas paranaenses registram aumento no faturamento

As cooperativas paranaenses registraram faturamento de R\$ 14 bilhões em 2003, segundo a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar). Esse valor representa um acréscimo de 25% em relação ao ano anterior.

O bom desempenho pode ser atribuído aos preços favoráveis de alguns produtos primários e ao crescimento da produção agroindustrial, derivado dos investimentos realizados nos últimos anos (R\$ 410 milhões em 2003 e R\$ 300 milhões em 2002, de acordo com a Ocepar).

Para 2004, a previsão é de que o faturamento das cooperativas atinja R\$ 16,5 bilhões, com as exportações alcançando US\$ 1 bilhão. Os investimentos devem ficar em torno de R\$ 570 milhões, sendo direcionados principalmente à industrialização de carnes e sucos, à armazenagem de grãos e ao transporte de produtos.

COOPERATIVAS registraram crescimento de 25% em 2003. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 jan. 2004. p.19.

---

### Cooperativa investe na produção de frangos

A Cooperativa Agrícola Mista (Copagrill), de Marechal Cândido Rondon, está construindo um abatedouro de frangos, que deverá entrar em funcionamento até o fim deste ano.

Inicialmente, o frigorífico terá capacidade para abater 80 mil frangos por dia, equivalente a 35 mil toneladas por ano, gerando aproximadamente 600 empregos diretos. Estima-se que cerca de 45% dessa produção será exportada.

BARBERATO, Cláudia. Cooperativa investe na industrialização de frangos. **Folha de Londrina**, 23 jan. 2004. Caderno Economia, p.4.

---

### Produção paranaense de carne de frango cresce 13,8% em 2003

A produção paranaense de carne de frango cresceu 13,8% em 2003, alcançando 1,624 milhão de toneladas. Esse volume corresponde a 20,7% do total nacional, acima da participação de 15% registrada em 2002.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações paranaenses de carne de aves também contabilizaram expansão, com variação positiva de 28,97% na quantidade vendida no ano passado.

PARANÁ responde por mais de 20% da produção nacional de frango. **Folha de Londrina**, 28 jan. 2004. p.3.

---

## INDÚSTRIA

### Paraná encerra 2003 com crescimento de 3,4% na produção de automóveis

A produção paranaense de automóveis de passeio e utilitários cresceu 3,4% no ano passado, saltando de 150.675 veículos em 2002 para 155.900 em 2003. O aumento se deve basicamente à montadora Nissan, que compartilha fábrica com a Renault.

No ano passado, a multinacional japonesa lançou o utilitário X-Terra e registrou aumento nas vendas da caminhonete Frontier, lançada em 2002. Isso contribuiu para que a fábrica da Renault/Nissan fabricasse 71.022 veículos, 31,3% a mais que o produzido em 2002.

Já a Volkswagen/Audi teve redução de 12,1% na produção, caindo de 96.599 carros em 2002 para 84.878 em 2003, apesar do lançamento do Fox.

PESCH, Olavo. Produção de automóveis cresceu 3,4% no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 jan. 2004. p.12.

---

---

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/1/2004 a 29/2/2004.

\*\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

## Produção de veículos automotores e máquinas agrícolas cresce 2,9%

A produção paranaense de veículos automotores e máquinas agrícolas atingiu 170.967 unidades em 2003, crescimento de 2,9% em relação a 2002. Esse aumento foi puxado pela produção de máquinas agrícolas, caminhões e veículos comerciais leves, tendo em vista que a produção de automóveis de passageiros e ônibus caiu 3,77% e 22%, respectivamente.

Como reflexo do aumento da produção, a Case New Holland contratou recentemente 361 funcionários, enquanto a Volvo empregou outros 261. Atualmente, o Paraná responde por 8,62% da produção nacional do setor.

CASADO, Vânia. Produção das montadoras aumenta 2,9%. **Folha de Londrina**, 3 fev. 2004. Caderno Economia, p.1.

---

## Fabricante paranaense de produtos para automação instala fábrica na Ásia

A Bematech, fabricante de produtos para automação comercial, com sede em Curitiba, está instalando uma unidade em Taiwan. O objetivo é produzir caixas registradoras para os mercados da Ásia, Oceania e Europa. Enquanto isso, as fábricas do Brasil ficarão responsáveis pelo atendimento dos mercados norte-americano e da América do Sul.

A empresa fechou 2003 com receitas de R\$ 90 milhões, 34% acima do valor obtido em 2002. Em abril, será iniciada a produção de uma nova linha de CPUs (sigla em inglês para unidades centrais de processamento) para automação comercial na unidade da Bematech localizada em Manaus (AM).

RIOS, Cristina. Bematech monta fábrica em Taiwan. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 fev. 2004. p.A12.

---

## Empresa alemã produzirá máquinas para a indústria moveleira

A Hoffmann & Hofomann, empresa alemã que produz máquinas para a montagem de móveis, está instalando uma fábrica em Araçongas, Norte do Paraná. A unidade fabricará máquinas de alta tecnologia, que garantirão melhores níveis de acabamento aos móveis produzidos.

A instalação da Hoffmann deverá gerar 20 empregos diretos e 60 indiretos. Além do pólo moveleiro de Araçongas, a empresa atenderá ao Mercosul, com a perspectiva de, posteriormente, vender para os mercados do Canadá e Estados Unidos.

GASPARIN, Mirian. Araçongas terá tecnologia inédita para montar móveis. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 fev. 2004. p.20.

---

## Produção da Tritec cresce 16%

A Tritec, fabricante de motores instalada em Campo Largo, registrou aumento de 16% na produção em 2003. Isso é resultado das crescentes vendas do Mini, veículo compacto da BMW, que utiliza os motores 1.4 e 1.6 litro produzidos pela Tritec. Das 194 mil unidades produzidas em 2003, 155 mil (80%) foram destinadas ao Mini.

A produção da Tritec é direcionada totalmente ao mercado externo. Além da Inglaterra, onde é produzido o Mini, a empresa

exportou motores para a China, país que adquiriu 27 mil unidades no ano passado. Atualmente, a fábrica da Tritec conta com 450 funcionários e tem capacidade para produzir 400 mil motores por ano.

SILVA, Gleide. Produção da Tritec cresce graças ao sucesso do Mini. **O Estado de São Paulo**, 5 fev. 2004. Caderno Economia, p.B6.

---

## Ingersoll transfere unidade para Londrina

A Ingersoll, empresa norte-americana que fabrica compressores industriais, transferiu uma de suas unidades de Nova Friburgo (RJ) para Londrina. Essa mudança faz parte de uma estratégia para elevar a participação das exportações nas vendas, de 5% para 15%, com o atendimento dos mercados do Caribe, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador.

Em Londrina, a Ingersoll compartilhará a mesma infraestrutura com outras duas subsidiárias do grupo: a Thermo King, que produz aparelhos de refrigeração para o segmento de transportes, e a Hussmann, que fabrica balcões frigoríficos para supermercados. Estima-se que houve uma redução de 15% nos custos de produção com a transferência da Ingersoll para o Paraná. Foram aplicados recursos da ordem de R\$ 3 milhões na operação.

RIOS, Cristina. A Ingersoll aumenta vendas externas de compressores neste ano. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 10 fev. 2004. p. A9.

ZANON, Erika. Ingersoll abre unidade em Londrina. **Folha de Londrina**, 10 fev. 2004. Caderno Economia, p.2.

---

## Volvo investe US\$ 25 milhões

A Volvo deverá investir US\$ 25 milhões em sua fábrica localizada em Curitiba, visando principalmente ao lançamento de novos produtos no período 2004/2005.

A empresa, que está há 26 anos no Brasil, vendeu 5.158 caminhões pesados em 2003, dos quais 4.391 (85%) no mercado interno e 767 (15%) no exterior. Já na linha de ônibus a exportação tem predominado, visto que 400 das 600 unidades produzidas foram destinadas ao mercado externo. No ano passado, a montadora registrou faturamento de R\$ 1,73 bilhão, valor que representa aumento de 40% em relação a 2002.

STUANI, Renata. Volvo do Brasil investe US\$ 25 milhões. **Folha de Londrina**, 11 fev. 2004. Caderno Economia, p.3.

---

## Bosch investe R\$ 53 milhões na fábrica do Paraná

A Bosch investirá R\$ 53 milhões na sua unidade localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A fábrica, que produz componentes para a indústria automotiva, vai aumentar a sua produção de sistemas de injeção *Unit-Pump* (UP), finalizando um processo de transferência da fabricação desse produto dos Estados Unidos para o Brasil.

Atualmente, a fábrica de Curitiba é responsável por 32% do faturamento da Bosch no Brasil, empregando 3,6 mil funcionários. Com os novos investimentos, deverão ser criados cerca de 100 postos de trabalho na unidade paranaense.

CAMPOS, Deise. Bosch investirá R\$ 53 milhões na unidade de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 fev. 2004. p. 5.

PESCH, Olavo. Bosch investe R\$ 53 milhões para ampliar produção no PR. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 fev. 2004. p.20.

---

## Klabin investirá mais de R\$ 200 milhões em unidade paranaense

A Klabin, indústria de papel e celulose, investirá mais de R\$ 200 milhões na sua unidade localizada em Telêmaco Borba, como parte dos R\$ 450 milhões que serão investidos pela empresa no Brasil. Cerca de R\$ 150 milhões serão destinados ao aumento da capacidade de produção da fábrica, em 150 mil toneladas/ano de papel e celulose. Atualmente, a unidade paranaense produz 600 mil toneladas/ano, volume correspondente a 40% da produção da Klabin no País.

Apesar do investimento, não deverá ser gerado um número significativo de novos empregos, uma vez que a expansão produtiva ocorrerá por meio de um melhor aproveitamento da infra-estrutura já existente. Hoje, a Klabin emprega cerca de 4 mil funcionários na região de Telêmaco Borba.

SHELLER, Fernando. Klabin vai investir mais de R\$ 200 milhões no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2004. p.20.

## Coveright inaugura fábrica em São José dos Pinhais

A Coveright, empresa teuto-americana fabricante de resinas para compensados, inaugurou em São José dos Pinhais uma unidade para atender aos mercados brasileiro e de outros países da América Latina. O investimento inicial é de US\$ 20 milhões, com possibilidades de outros US\$ 2 milhões já em 2004 e US\$ 5 milhões em 2006.

A empresa, que antes pertencia ao grupo Akzo Nobel, deverá produzir mais de 50 milhões de metros quadrados de chapas revestidas por ano. A empresa espera registrar faturamento de R\$ 35 milhões em 2004.

BUENO, Priscila. Fábrica de resinas inaugura primeira unidade no Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 fev. 2004. p.18.

## COMÉRCIO

### Vendas do comércio varejista têm alta de 0,87% em 2003

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná registrou alta de 0,87% no volume de vendas do comércio varejista em 2003, em comparação a 2002. Em nível nacional, houve queda de 3,68%, apesar do crescimento de 3,2% registrado no mês de dezembro.

QUEDA no volume nacional de vendas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 fev. 2004. p. A16.

CASADO, Vânia. Vendas no varejo tiveram queda de 3,68%. **Folha de Londrina**, 13 fev. 2004. Caderno Economia. p.1.

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Exportações paranaenses do agronegócio cresceram 29,3%

Segundo dados do Ministério de Agricultura, o Paraná fechou 2003 com crescimento de 29,3% nas exportações do agronegócio, atingindo um valor total de US\$ 4,98 bilhões.

Esse resultado se deve principalmente à exportação de soja e derivados, que cresceu 35,2% em 2003. No ano passado, o Paraná só foi superado pelo Rio Grande do Sul e São Paulo, que contabilizaram exportações agropecuárias e agroindustriais de US\$ 5,25 bilhões e US\$ 6,93 bilhões, respectivamente.

OTTOBONI, Júlio. Paraná lidera aumento nas exportações agrícolas em 2003. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jan. 2004. p.17.

### Exportações paranaenses atingiram US\$ 7,1 bilhões em 2003

As exportações paranaenses atingiram a marca de US\$ 7,1 bilhões em 2003, valor 25,5% superior ao obtido em 2002. Isso demonstra que o Paraná acompanhou a tendência observada em nível nacional.

O principal determinante do incremento nas exportações paranaenses foi a evolução das vendas do complexo soja, responsável por cerca de 35% do total exportado. Além disso, pode-se atribuir o bom desempenho das vendas externas ao desaquecimento da economia doméstica, que fez com que as empresas se voltassem para o mercado externo, e ao avanço dos produtos de maior valor agregado.

KLENK, Lorena Aubiff. Exportações do PR chegam a US\$ 7,1 bilhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 2004. p.22.

## INFRA-ESTRUTURA

### Porto de Paranaguá recebe investimentos de R\$ 10 milhões

A Companhia Brasileira de Logística (CBL) está investindo R\$ 10 milhões no Porto de Paranaguá. Com isso, haverá aumento de 40 mil toneladas na capacidade estática de armazenagem da CBL, que atingirá 115 mil toneladas.

Nos últimos dois anos, os investimentos da empresa totalizaram R\$ 21 milhões, considerando o investimento atual, o que contribuiu para elevar o volume de cargas movimentadas, atualmente em 1,4 milhão de toneladas/ano.

PORTO amplia capacidade para recepcionar grãos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 3 jan. 2004. p.20.

## NÍVEL DE ATIVIDADE

### Empregos industriais crescem 2,34% em 2003

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o emprego industrial no Paraná cresceu 2,34% em 2003, em comparação a 2002, contrapondo-se à queda de 0,5% registrada em nível nacional. No mês de dezembro, o País apresentou declínio de 1,3%, enquanto o Paraná registrou leve alta de 0,2%.

O crescimento do emprego no setor industrial paranaense foi influenciado principalmente pelo segmento de alimentos e bebidas, que cresceu 10,6% em dezembro de 2003.

BORDINHÃO, Andréa. Alimentação puxa desempenho industrial positivo do Paraná. **Folha de Londrina**, 18 fev. 2004. Caderno Economia, p.2.

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 029	71 680	2 387	70 694	193 416	2 736	30 509	608 731	19 953
2004 <sup>(1)</sup>	44 300	95 941	2 166	70 385	187 825	2 669	28 990	601 756	20 757

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 370	117 289	928	370 610	31 074 695	83 847	53 729	184 315	3 430
2004 <sup>(1)</sup>	117 620	148 479	1 262	380 104	31 449 930	82 740	57 500	169 815	2 953

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2004

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	539 372	707 300	1 311	110 672	2 315 854	20 925	2 845 454	14 435 064	5 073
2004 <sup>(1)</sup>	511 579	685 314	1 340	158 919	3 248 517	20 441	2 728 185	12 963 062	4 752

  

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 649 119	11 009 945	3 017	1 191 793	3 100 249	2 601
2004 <sup>(1)</sup>	539	1 127	2 090	3 974 690	10 985 022	2 764	1 155 356	2 804 773	2 428

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JANEIRO 2004

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Maio	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004												
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – JANEIRO 2004

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Maio	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Maio	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004												
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2003

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003 <sup>(1)</sup>	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2002-2003

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2003		2002		Variação (%)	2003		2002		Variação (%)	2003 (%)	2002 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	7 153 235	100,00	5 700 199	100,00	25,49	73 084 140	100,00	60 361 786	100,00	21,08	9,79	9,44
União Européia	2 148 900	30,04	1 859 928	32,63	15,54	18 102 065	24,77	15 113 391	25,04	19,78	11,87	12,31
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 476 765	20,64	1 030 639	18,08	43,29	11 676 286	15,98	8 791 091	14,56	32,82	12,65	11,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 044 913	14,61	1 038 758	18,22	0,59	16 692 354	22,84	15 534 804	25,74	7,45	6,26	6,69
Oriente Médio	603 960	8,44	386 732	6,78	56,17	2 817 593	3,86	2 341 756	3,88	20,32	21,44	16,51
Mercosul	500 482	7,00	262 404	4,60	90,73	5 671 853	7,76	3 310 817	5,48	71,31	8,82	7,93
Europa Oriental	337 420	4,72	200 826	3,52	68,02	2 270 662	3,11	1 754 912	2,91	29,39	14,86	11,44
África	275 943	3,86	269 214	4,72	2,50	2 860 120	3,91	2 362 317	3,91	21,07	9,65	11,40
Outros <sup>(1)</sup>	764 851	10,69	651 698	11,43	17,36	12 993 207	17,78	11 152 698	18,48	16,50	5,89	5,84
IMPORTAÇÃO	3 488 221	100,00	3 333 814	100,00	4,63	48 259 592	100,00	47 231 932	100,00	2,18	7,23	7,06
União Européia	1 215 380	34,84	1 312 331	39,36	-7,39	12 686 908	26,29	13 069 515	27,67	-2,93	9,58	10,04
Mercosul	564 034	16,17	582 573	17,47	-3,18	5 685 896	11,78	5 615 048	11,89	1,26	9,92	10,38
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	438 845	12,58	398 462	11,95	10,13	9 564 117	19,82	10 437 889	22,10	-8,37	4,59	3,82
África	369 953	10,61	232 895	6,99	58,85	3 253 525	6,74	2 686 694	5,69	21,10	11,37	8,67
Ásia (excl. Oriente Médio)	317 895	9,11	315 346	9,46	0,81	8 923 346	18,49	7 996 372	16,93	11,59	3,56	3,94
Europa Oriental	230 296	6,60	133 209	4,00	72,88	1 165 013	2,41	918 720	1,95	26,81	19,77	14,50
Oriente Médio	78 997	2,26	102 720	3,08	-23,09	1 619 851	3,36	1 479 413	3,13	9,49	4,88	6,94
Outros	272 823	7,82	256 278	7,69	6,46	5 360 936	11,11	5 028 281	10,65	6,62	5,09	5,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 – EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JANEIRO-DEZEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	2 476 454	34,62	1 953 459	34,27	26,77
Grão	1 077 349	15,06	857 505	15,04	25,64
Farelo	872 399	12,20	756 927	13,28	15,26
Óleo	526 707	7,36	339 026	5,95	55,36
Material de transporte	1 450 608	20,28	1 270 458	22,29	14,18
Automóveis	656 812	9,18	702 292	12,32	- 6,48
Motores para autoveículos	348 529	4,87	266 555	4,68	30,75
Autopeças	243 502	3,40	180 170	3,16	35,15
Tratores e partes	102 512	1,43	66 916	1,17	53,19
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	64 953	0,91	23 323	0,41	178,49
Autoveículos comerciais leves e pesados	30 331	0,42	28 374	0,50	6,90
Outros	3 970	0,06	2 828	0,05	40,39
Madeira	758 406	10,60	600 233	10,53	26,35
Compensados	343 139	4,80	235 554	4,13	45,67
Serradas	178 745	2,50	163 035	2,86	9,64
Obras de marcenaria/carpintaria	74 218	1,04	59 612	1,05	24,50
Molduras	64 159	0,90	70 329	1,23	- 8,77
Outros	98 144	1,37	71 704	1,26	36,87
Carnes	658 991	9,21	477 754	8,38	37,94
Aves	485 071	6,78	359 388	6,30	34,97
Suínos	93 850	1,31	60 484	1,06	55,16
Bovinos	64 639	0,90	47 630	0,84	35,71
Outros	15 430	0,22	10 252	0,18	50,51
Cereais	307 499	4,30	235 645	4,13	30,49
Milho	294 310	4,11	235 252	4,13	25,10
Outros	13 188	0,18	393	0,01	3 255,06
Máquinas e instrumentos mecânicos	195 835	2,74	108 574	1,90	80,37
Máquinas e implementos agrícolas	50 854	0,71	16 425	0,29	209,61
Refrigeradores/congeladores	38 826	0,54	18 752	0,33	107,05
Componentes hidráulicos	22 098	0,31	9 318	0,16	137,16
Outros	84 057	1,18	64 079	1,12	31,18
Açúcar	185 380	2,59	153 921	2,70	20,44
Em bruto	172 739	2,41	128 550	2,26	34,38
Refinado	12 642	0,18	25 371	0,45	- 50,17
Papel	178 705	2,50	132 445	2,32	34,93
Kraftliner para cobertura	49 680	0,69	32 082	0,56	54,85
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	37 988	0,53	19 898	0,35	90,92
Coché	32 558	0,46	27 044	0,47	20,39
Outros	58 479	0,82	53 422	0,94	9,47
Café	165 854	2,32	127 675	2,24	29,90
Solúvel	107 712	1,51	83 597	1,47	28,85
Grãos	47 890	0,67	32 711	0,57	46,40
Extratos, essências e concentrados	10 252	0,14	11 367	0,20	- 9,81
Metais comuns	115 297	1,61	69 621	1,22	65,61
Artefatos de ferro/aço	18 745	0,26	14 486	0,25	29,40
Outros	96 552	1,35	55 135	0,97	75,12
Químicos diversos	89 792	1,26	69 134	1,21	29,88
Couros e artigos derivados	67 662	0,95	91 629	1,61	- 26,16
Couro preparado ou curtido	41 704	0,58	61 683	1,08	- 32,39
Outros	25 958	0,36	29 946	0,53	- 13,31
Aubos e fertilizantes	56 354	0,79	26 286	0,46	114,39
Material elétrico	52 900	0,74	28 655	0,50	84,61
Componentes de telefonia/telegrafia	23 640	0,33	6 292	0,11	275,71
Condutores (inclui fibras óticas)	7 115	0,10	5 359	0,09	32,76
Outros	22 146	0,31	17 004	0,30	30,24
Minerais não metálicos	37 310	0,52	33 831	0,59	10,28
Outros	356 187	4,98	320 879	5,63	11,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7 153 235</b>	<b>100,00</b>	<b>5 700 199</b>	<b>100,00</b>	<b>25,49</b>

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 – IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JANEIRO-DEZEMBRO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	840 683	24,10	888 586	26,65	- 5,39
Autopeças	633 242	18,15	617 661	18,53	2,52
Motores para autoveículos	104 140	2,99	113 858	3,42	- 8,54
Automóveis	37 540	1,08	62 483	1,87	- 39,92
Tratores	21 437	0,61	18 847	0,57	13,75
Pneumáticos	16 079	0,46	42 299	1,27	- 61,99
Autoveículos comerciais leves e pesados	5 904	0,17	13 641	0,41	- 56,72
Outros	22 339	0,64	19 796	0,59	12,85
Adbos e fertilizantes	405 585	11,63	294 289	8,83	37,82
Potássicos	140 919	4,04	128 848	3,86	9,37
Nitrogenados	72 487	2,08	47 503	1,42	52,59
Fosfatados	51 393	1,47	30 737	0,92	67,20
Outros	140 786	4,04	117 938	3,54	19,37
Combustíveis e lubrificantes	385 984	11,07	330 964	9,93	16,62
Óleo bruto de petróleo	344 939	9,89	295 680	8,87	16,66
Gases liquefeitos	16 366	0,47	4 887	0,15	234,87
Outros	24 679	0,71	30 396	0,91	- 18,81
Máquinas e instrumentos mecânicos	361 678	10,37	385 987	11,58	- 6,30
Aparelhos de ar e compressores	63 607	1,82	61 933	1,86	2,70
Máquinas para usinagem de metais	30 882	0,89	28 711	0,86	7,56
Componentes hidráulicos	23 551	0,68	18 813	0,56	25,19
Partes de bombas p/ líquidos	23 529	0,67	13 104	0,39	79,55
Máquinas e implementos agrícolas	23 410	9,15	15 895	0,48	47,28
Rolamentos e esferas	18 848	0,54	15 203	0,46	23,97
Outros	177 850	5,10	232 327	6,97	- 23,45
Material elétrico	294 118	8,43	222 027	6,66	32,47
Componentes eletroeletrônicos	51 428	1,47	21 790	0,65	136,02
Equipamentos de telecomunicações/telefonias	40 407	1,16	28 326	0,85	42,65
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	22 414	0,64	19 009	0,57	17,91
Transformadores/conversores	20 871	0,60	11 364	0,34	83,66
Outros	158 998	4,56	141 539	4,25	12,34
Produtos químicos diversos	227 553	6,52	250 423	7,51	- 9,13
Soja	195 154	5,59	150 482	4,51	29,69
Grão	184 304	5,28	137 535	4,13	34,00
Outros	10 851	0,31	12 947	0,39	- 16,19
Cereais	112 872	3,24	76 408	2,29	47,72
Trigo	71 605	2,05	52 463	1,57	36,49
Milho	20 166	0,58	11 093	0,33	81,79
Outros	21 101	0,60	12 853	0,39	64,17
Metais comuns	111 415	3,19	107 088	3,21	4,04
Artefatos de ferro/aço	57 097	1,64	45 953	1,38	24,25
Materiais de alumínio	15 222	0,44	20 356	0,61	- 25,22
Outros	39 097	1,12	40 778	1,22	- 4,12
Matérias plásticas	101 504	2,91	126 946	3,81	- 20,04
Matérias-primas plásticas	34 712	1,00	63 455	1,90	- 45,30
Artefatos plásticos	30 151	0,86	28 745	0,86	4,89
Chapas, folhas e tiras plásticas	25 419	0,73	22 825	0,68	11,36
Outros	11 222	0,32	11 921	0,36	- 5,86
Papel e celulose	68 792	1,97	69 827	2,09	- 1,48
Pasta química	35 308	1,01	33 487	1,00	5,44
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	16 921	6,61	20 519	0,62	- 17,53
Outros	16 562	0,47	36 340	1,09	- 54,43
Artefatos de borracha	50 958	1,46	44 704	1,34	13,99
Fios e tecidos	41 288	1,18	66 366	1,99	- 37,79
Sintéticos	41 209	1,18	66 080	1,98	- 37,64
Outros	79	0,00	286	0,01	- 72,35
Minerais não metálicos	34 662	0,99	39 519	1,19	- 12,29
Outros	255 976	7,34	280 185	8,40	- 8,64
TOTAL GERAL	3 488 221	100,00	3 333 800	100,00	4,63

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2004

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	231.860	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	230 866	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	268 303	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	289 707	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	269 674	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	286 867	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	338 650	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	289 674	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	320 709	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	324 277	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	371 921	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	265 907	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 <sup>(1)</sup>	7 153 235	3 488 221	3 665 014	73 084 140	48 259 592	24 824 547
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 330	1 154 921
Fevereiro	405 642	230 867	174 775	5 001 174	3 885 078	1 115 096
Março	530 027	268 303	261 724	5 238 699	3 703 049	1 535 649
Abril	657 474	289 707	367 767	5 710 491	3 989 696	1 720 794
Maio	716 000	269 674	446 326	6 372 184	3 854 164	2 518 019
Junho	630 768	286 864	343 904	5 874 570	3 520 575	2 353 995
Julho	562 814	338 650	224 164	6 104 456	4 049 109	2 055 345
Agosto	830 396	289 514	540 882	6 403 412	3730 785	2 672 626
Setembro	668 309	320 705	347 604	7 280 148	4 612 816	2 667 332
Outubro	662 857	324 275	338 581	7 565 644	5 025 143	2 540 500
Novembro	519 165	371 976	147 189	5 980 003	4 248 982	1 731 020
Dezembro	554.477	371 976	288 569	6 748 147	3 988 901	2 759 246
2004 <sup>(1)</sup>	507 086	248 628	258 458	5 799 645	4 211 886	1 587 759
Janeiro	507 086	248 628	258 458	5 799 645	4 211 886	1 587 759

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA – 1999-JANEIRO 2004

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	2003	6,46
2000	6,23	Janeiro	1,88
2001	5,90	Fevereiro	0,61
2002	12,02	Março	1,19
Janeiro	0,88	Abril	0,87
Fevereiro	0,20	Maio	0,51
Março	0,40	Junho	-0,11
Abril	0,78	Julho	0,06
Maio	0,47	Agosto	0,43
Junho	0,55	Setembro	0,43
Julho	0,52	Outubro	0,26
Agosto	0,60	Novembro	0,21
Setembro	1,12	Dezembro	-0,05
Outubro	1,44	2004	1,72
Novembro	2,95	Janeiro	1,72
Dezembro	1,53		

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ – 1976 – JANEIRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Janeiro	301	401
1977	1 356	8 826	Fevereiro	279	652
1978	1 614	9 636	Março	286	702
1979	1 635	12 575	Abril	132	901
1980	1 936	13 482	Maiο	126	787
1981	1 954	14 105	Junho	128	635
1982	1 179	6 606	Julho	40	1 180
1983	1 079	3 345	Agosto	142	921
1984	1 748	7 921	Setembro	234	1 066
1985	2 167	9 728	Outubro	292	1 148
1986	2 029	10 588	Novembro	270	860
1987	2 121	9 479	Dezembro	218	499
1988	1 567	8 847	2003	3 112	10 449
1989	1 386	6 189	Janeiro	220	478
1990	885	4 111	Fevereiro	238	734
1991	584	2 677	Março	247	776
1992	593	2 893	Abril	129	956
1993	1 038	4 475	Maiο	192	1 040
1994	1 707	9 011	Junho	196	929
1995	859	5 095	Julho	220	1 084
1996	897	4 180	Agosto	317	1 126
1997	1 296	6 062	Setembro	324	1 063
1998	1 380	6 025	Outubro	395	867
1999	1 351	4 854	Novembro	347	886
2000	1 692	6 251	Dezembro	287	510
2001	2 046	8 307	2004	198	440
2002	2 448	9 752	Janeiro	198	440

FONTE: Anfavea; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999 - JANEIRO 2004

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES <sup>(1)</sup>	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	397	8 853
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maio	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	929	562	12 845
Janeiro	929	562	12 845

FONTE: ANFAVEA

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 11 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - DEZEMBRO 2002-JANEIRO 2004

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30
Agosto	8,40
Setembro	8,40
Outubro	8,50
Novembro	8,00
Dezembro	6,50
2004	
Janeiro	7,10

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.